



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

JUCENIR DA SILVA SERAFIM

**ESCOLARIDADE E EMPREGABILIDADE DE PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA NO BRASIL**

Londrina
2023



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



Londrina
2023

JUCENIR DA SILVA SERAFIM

**ESCOLARIDADE E EMPREGABILIDADE NO BRASIL DE PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Educação da Universidade Estadual de Londrina
- UEL, como requisito parcial para a obtenção do
título de Doutor.

Orientador: Profa. Dra. Silvia Márcia Ferreira Meletti
Coorientador: Prof. Dr. Vinícius Neves de Cabral

Londrina
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

J91e Serafim, Jucenir da Silva.
Escolaridade e Empregabilidade de Pessoas com Deficiência no Brasil / Jucenir da Silva Serafim. - Londrina, 23.
94 f.

Orientador: Silvia Márcia Ferreira Meletti.
Coorientador: Vinícius Neves de Cabral.
Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 23.

Inclui bibliografia.

1. Pessoas com Deficiência - Tese. 2. Educação Especial - Tese. 3. Indicadores Sociais - Tese. I. Meletti, Silvia Márcia Ferreira . II. Cabral, Vinícius Neves de . III. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Educação. IV. Título.

CDU 37

JUCENIR DA SILVA SERAFIM

**ESCOLARIDADE E EMPREGABILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO
BRASIL**

BANCA EXAMINADORA

Orientadora :Profa. Dra. Sílvia Márcia
Ferreira Meletti
Universidade Estadual de Londrina -
UEL

Coorientador: Prof. Dr. Vinícius Neves
de Cabral
Universidade Estadual do Paraná –
UNESPAR

Profa. Dra. Francismara Neves de
Oliveira
Universidade Estadual de Londrina -
UEL

Profa. Carla Karnoppi Vasques
Universidade Federal do Rio Grande
do Sul - UFRGS

Profa. Dra. Ângela Maria Lima 4
Universidade Estadual de Londrina -
UEL

Profa. Dra. Rosimeire Maria Orlando
Universidade Federal de São Carlos –
UFSCar

Londrina, 19 de dezembro de 2023.

DEDICATÓRIA

Dedico à Laurides, minha amada mãe.

AGRADECIMENTOS

Minha jornada acadêmica se mistura com o conhecer o mundo fora de casa, longe do afeto dos meus pais, porém com o coração aberto a receber o novo e o que a educação superior tinha a me ensinar. Durante esses vinte anos de Universidade Estadual de Londrina encontrei várias pessoas que compartilham um pouco de si e contribuíram muito para a construção da pessoa que hoje sou. Embora eu não mencione individualmente cada uma delas, expresso nessas linhas todo o meu agradecimento e carinho.

Agradeço aos meus pais, **Laurides e Paulo**, por todo amor, dedicação e por serem sempre meu porto seguro.

Agradeço minha orientadora **Silvia**, por acreditar em meu potencial, por me apresentar a imensidade de conhecimentos contidos em dados estatísticos que me levaram a me dedicar ao adensamento dos meus conhecimentos em programação. Agradeço principalmente por sua amizade e por me apoiar em tantos momentos delicados de minha vida pessoal.

Agradeço a **Natália**, por ser uma constante inspiração em minha pesquisa e por sua amizade.

Agradeço ao **Vinícius**, pelas tantas aulas, reflexões sobre o Materialismo Histórico, pelos apontamentos valiosos, por sua amizade e por coorientar esse trabalho.

Agradeço às professoras que compõe a banca avaliadora, **Ângela, Meire, Francismara e Carla**, por separarem um pouco de seu tempo para conhecer meu trabalho, colaborar com seus apontamentos e principalmente para meu crescimento como pesquisador.

Agradeço à professora **Telma**, por me apresentar ao mundo da pesquisa por meio da iniciação científica, que colaborou para a melhoria imediata das minhas condições de vida e me manter na universidade.

Agradeço ao **CNPq** e a **CAPES**, sem o financiamento provido por essas instituições, dificilmente eu teria condições de concluir minha primeira graduação e tampouco trilhar os caminhos da pós-graduação.

Agradeço a todos meus queridos amigos, em especial ao **Marcio** e ao **Gledson**, por seus conselhos, por me incentivar e por me acompanharem desde o primeiro dia na pós-graduação, a partir da ideia de cursar uma especialização até a concretização desta tese.

“É um mundo cão pra nós, perder não é opção, certo?
De onde o vento faz a curva, brota o papo reto
Num deixo quieto, num tem como deixar quieto
A meta é deixar sem chão quem riu de nós sem teto, vai”
(Emicida – AmarElo)

SERAFIM, Jucenir da Silva. **Escolaridade e Empregabilidade de Pessoas com Deficiência no Brasil**. 2023. 94 f. Tese (Doutorado Educação). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

RESUMO

A escolarização e a empregabilidade são imprescindíveis para o desenvolvimento dos seres humanos. Porém várias pessoas não participam desses processos por terem suas condições de vida cada vez mais precarizadas por causa de processos excludentes advindos do sistema capitalista. Dentre as populações vulneráveis à beira do abismo estão as pessoas com deficiência, que por vezes são consideradas pelos agentes capitalistas inaptas ao trabalho ou uma mão de obra barata. Diante desse cenário se indaga: De que modo a intersecção entre raça, sexo, escolaridade interfere na inserção e permanência de pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho? Para responder esse questionamento se objetivou analisar por meio das estatísticas públicas as condições de acesso e permanência de pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho. Os objetivos específicos são caracterizar as pessoas com deficiência inseridas no mercado formal de trabalho segundo tipo de deficiência, raça, gênero; Identificar o grau de instrução de pessoas com deficiência inseridas no mercado de trabalho formal; identificar e analisar o posto de trabalho ocupado por pessoas com deficiência; analisar o salário recebido por pessoas com deficiência; verificar se existem diferenças nas condições de trabalho de pessoas com e sem deficiência cotejando as variáveis ocupação e salário recebido; e analisar se as condições de trabalho das pessoas com deficiência também são impactadas por outras marcas sociais, tais como raça e gênero. Os indicadores sociais utilizados nessa pesquisa foram os da Relação Anual de Informações Sociais 2020. Para processar os dados foram utilizadas as linguagens computacionais Python e R. Com elas foram cruzadas variáveis relacionadas com o sexo, raça/cor, remuneração salário mínimo, remuneração salário nominal, tipo de deficiência, grau de instrução e catálogo brasileiro de ocupações. Como resultados, constatou-se que pessoas com deficiência, pessoas sem deficiência, pessoas brancas e pessoas negras têm condições precárias no mercado formal de trabalho. Todavia, a união entre as marcas sociais do gênero feminino e da raça negra em um indivíduo emergiu como agravantes para a precarização tanto escolar quanto laboral e, a deficiência se configura como um potencializador da precarização na vida das mulheres negras. (impactar)

Palavras-chave: Pessoas com deficiência; Escolaridade; Empregabilidade; Indicadores Sociais; Educação Especial.

SERAFIM, Jucenir da Silva. **Schooling and Employability of People with disability in Brazil**. 2023. 94 p. Thesis (Doctorate degree in Education). Londrina State University, Londrina, 2023.

ABSTRACT

Schooling and employability are essential for human development. However, many people do not participate in these processes because their living conditions are increasingly precarious due to exclusionary processes arising from the capitalist system. Among the vulnerable populations are people with disabilities, who are sometimes considered by capitalist agents as unfit for work or cheap labor. Faced with this scenario, the question arises: How does the intersection of race, gender, and education interfere with the insertion and permanence of people with disabilities in the formal labor market? To answer this question, the aim was to analyze, through public statistics, the conditions of access and permanence of people with disabilities in the formal labor market. Specific objectives include characterizing people with disabilities in the formal labor market according to the type of disability, race, and gender; identifying the level of education of people with disabilities in the formal labor market; identifying and analyzing the job positions occupied by people with disabilities; analyzing the salary received by people with disabilities; checking for differences in working conditions between people with and without disabilities by comparing variables such as occupation and salary received; and analyzing whether the working conditions of people with disabilities are also impacted by other social markers, such as race and gender. The social indicators used in this research were from the Annual Social Information Report 2020. To process the data, the computer languages Python and R were used. Variables related to gender, race/color, salary minimum wage, nominal salary, type of disability, level of education, and the Brazilian occupation catalog were crossed with these languages. As a result, it was found that people with disabilities, people without disabilities, white people, and black people have precarious conditions in the formal labor market. However, the combination of the social markers of the female gender and black race in an individual emerged as aggravating factors for both educational and labor precariousness, and disability is configured as an enhancer of precarity in the lives of black women.

Keywords: People with disabilities; Schooling; Employability; Social indicators; Special education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Trabalhadores no mercado de trabalho formal brasileiro em 2020	51
Gráfico 2 - Trabalhadores com deficiência no mercado de trabalho brasileiro em 2020	52
Gráfico 3 - Grau de instrução de trabalhadores brancos e negros com deficiência no mercado formal de trabalho brasileiro em 2020	58
Gráfico 4 - Rendimento em salário mínimo de trabalhadores brancos e negros com deficiência no mercado formal de trabalho brasileiro em 2020	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tipos de deficiências apresentadas na RAIS 2020	53
Tabela 2 - Trabalhadores com deficiência física, auditiva, visual e intelectual no mercado formal de trabalho brasileiro em 2020	54
Tabela 3 - Grau de instrução e número de salário mínimo de trabalhadores com deficiência no mercado formal de trabalho brasileiro em 2020	61
Tabela 4 - Média salarial das 5 ocupações com mais trabalhadores com deficiência comparada com a média dos trabalhadores sem deficiência.....	71
Tabela 5 -Média salarial das 5 ocupações com mais trabalhadores com deficiência comparando gênero e raça	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Acesso ao servidor de microdados do MTE.....	44
Figura 2 - Microdados RAIS 2020	45
Figura 3 - Importação de bibliotecas Python	45
Figura 4 - Carregando microdados para dentro do Jupyter Notebook	46
Figura 5 - Seleção das variáveis para o processamento dos microdados	47
Figura 6 - Comando para salvar os dados	47
Figura 7 - Criação da variável região	48
Figura 8 - Concatenação de arquivos	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAGED	Cadastro Geral de Empregos e Desempregados
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
PDET	Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
INTRODUÇÃO	20
1 TRABALHO, EDUCAÇÃO E DEFICIÊNCIA	26
1.1 TRABALHO	26
1.2 DEFICIÊNCIA.....	32
1.3 EDUCAÇÃO	35
2 CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	41
2.1 PROCEDIMENTOS	43
3 INDICADORES SOBRE A ESCOLARIDADE E EMPREGABILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL	50
3.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INSERIDAS NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO SEGUNDO TIPO DE DEFICIÊNCIA, RAÇA E GÊNERO.....	53
3.1.1 Grau de Instrução e rendimento.....	56
3.1.2 Posto de trabalho ocupado por pessoas com deficiência	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	82
APÊNDICES	87
APÊNDICE 1	87
APÊNDICE 2	92

APRESENTAÇÃO

As histórias dos indivíduos são determinadas, no sentido marxiano do conceito, pelas formas de produção e consumo e suas condições de vida estarão diretamente atreladas a elas. Ademais, a depender das marcas sociais que carregam em seus corpos, estas poderão ampliar ou cercear os acessos e oportunidades que lhes são garantidos ou negados.

Dentro dessa esfera dialética, encontra-se a minha história: homem negro, homossexual. Sou filho único de uma mulher negra, com ensino médio incompleto, que trabalhou na roça e de doméstica na adolescência sem qualquer direito trabalhista e que, na idade adulta, trabalhou como costureira e cozinheira até se aposentar aos 60 anos, porém continuou a trabalhar para manter o sustento da família. Meu pai, homem negro, com dificuldades de aprendizagem, provavelmente com dislexia aguda nunca diagnosticada, por mais que estudasse e frequentasse a educação de jovens e adultos, não resultou no avanço de seus estudos. Sendo assim, um homem sem instrução, que trabalhou na construção civil por vários anos e se aposentou com 52 anos, como boia-fria no corte de cana e continuou com o trabalho nessa área ainda por mais dez anos.

Vindo, então, de uma família negra e pobre, tínhamos uma condição de vida restrita, não ao ponto da pobreza extrema, porém, passamos por diversas dificuldades econômicas como boa parte dos brasileiros no início dos anos noventa.

Minhas primeiras memórias quanto a minha infância estão relacionadas com o ser diferente da maioria. Por causa de um atraso na fala, comecei a falar apenas a partir dos quatro anos de idade, o que colaborou para que eu passasse por situações de preconceito, tanto por não conseguir me expressar oralmente quanto por ser afeminado.

Ainda nos meus primeiros anos escolares, lembro-me de meus pais me incentivando a estudar, ao dizerem que “a Educação é única coisa que eles podiam me dar e que ninguém conseguiria tirar de mim”. Acredito que os discursos dos meus pais me impulsionaram o acúmulo de conhecimento que eles não puderam participar e que lhes foi alijado.

Aos doze anos, com pé-de-chinelo, fui a uma escola particular pedir uma bolsa de estudos. Não somente pela oportunidade de ter um ensino

de melhor qualidade, mas acho que o que eu procurava uma forma de me livrar dos preconceitos e das 'brincadeiras' relacionadas a ser um menino afeminado e às dificuldades de fala. Felizmente recebi bolsa de estudos naquele colégio até terminar o ensino médio, fato que foi decisivo para minha posterior aprovação no vestibular.

Na mesma época que tive acesso à educação particular, entrei em um curso de inglês que meus pais pagaram para mim durante quatro anos e meio. A partir desse curso, pude construir a base para me tornar professor de inglês no futuro, o que aconteceu graças a sabedoria de minha mãe, que somente no final do curso, me contou que a dona da franquia da escola disse que eu nunca aprenderia inglês. Todavia, mais do que acreditar no poder transformador da educação, minha mãe acreditou que eu poderia crescer para além das minhas limitações.

Ao terminar o ensino médio, fiz o vestibular da Universidade Estadual de Londrina (UEL) em 2003, após o término de uma das maiores greves da que a universidade teve. Enquanto esperava o resultado do vestibular, trabalhei como copeiro em uma lanchonete na minha cidade natal, afinal, eu precisava ajudar com a renda de casa.

Depois de alguns meses de espera, fui aprovado no vestibular, na quinta convocação e, em maio, me mudei para Londrina para iniciar o curso de Letras. Cinquenta reais na mão e um sonho que poderia dar muito errado, mas, graças a inúmeras pessoas que encontrei, minha realidade foi mudando em especial graças às professoras, à bibliotecária que por meses pagou minhas refeições no restaurante universitário, às bolsas de iniciação científica que complementaram meu sustento e, é claro, à ajuda incondicional de meus pais que continuaram a investir em mim.

No final do segundo ano do curso de Letras, minha orientadora me indicou para um intercâmbio para trabalhar e estudar em uma instituição para pessoas com deficiência na Inglaterra. Passei pelo processo seletivo e viajei para aquele país, não sem antes fazer diversos empréstimos para pagar minha passagem.

Passei 18 meses na Inglaterra, onde desenvolvi minhas habilidades em língua inglesa e pude trabalhar e aprender com pessoas com deficiência visual.

Com meu retorno ao Brasil, continuei a graduação em Letras que concluí em 2008. Em 2009, fui contratado como professor e coordenador de ensino de uma escola de inglês. Por volta de 2010 – 2011, eu estava insatisfeito com as condições salariais e procurei outras opções, a mais viável a meu ver, naquela época, era um mestrado em tradução ou um novo intercâmbio como professor de português como língua estrangeira em uma universidade nos Estados Unidos, por meio da instituição Fulbright. O intercâmbio aconteceu primeiro. Passei 10 meses como professor de língua portuguesa na *Illinois State University*, tive a oportunidade de cursar algumas disciplinas do programa de pós-graduação local, o que me encorajou a caminhar em direção a pós-graduação ao voltar para o Brasil.

Em 2014 iniciei o curso de especialização em Filosofia Política e Jurídica na UEL. No ano seguinte ingressei no curso de graduação de Biblioteconomia, dividindo meu tempo entre graduação, pós-graduação e docência na educação básica. Em 2016, apresentei ao curso de especialização a monografia intitulada “Rousseau e Kant: Vontade Geral e Imperativo Categórico”. Neste mesmo ano iniciei o mestrado em Ciência da Informação (UEL), com bolsa no primeiro ano do curso. Com isso, me dediquei integralmente ao estudo na graduação, na pós-graduação e ao estudo informal da linguagem computacional R. No ano de 2018 defendi a dissertação “Travestis no universo da arte: memória social no âmbito do FILO”.

Em 2019, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Educação, linha 3: Aprendizagem e Desenvolvimento Humano em Contextos Escolares, Núcleo 2: Educação Especial da Universidade Estadual de Londrina. A partir disso, ingressei no Núcleo de Estudos Críticos e Pesquisas em Educação e Desigualdade Social, liderado pela Professora Doutora Silvia Meletti.

Essa tese foi desenvolvida dentro do contexto trágico da pandemia de COVID-19 que ceifou milhares de vidas brasileiras pela má gestão federal (2019-2022) que desconsiderou os riscos à vida das pessoas, em especial às pessoas pobres. O contexto familiar também foi marcado por adversidades que por muitas vezes me impediram de prosseguir com a pesquisa. Voltei a morar em minha cidade natal, me dividindo entre os cuidados com meus pais e a de produção de uma tese e a mudança de tema dela de imigração para deficiência.

Para além de uma tese, essa é parte de uma batalha que travei contra mim, onde as ideias me escapavam e o medo me travava, eu precisei lembrar que estava lutando não sou por mim, mas pelos meus e por aqueles que se viam em mim e me viam como modelo. A luta não foi porque o doutorado sozinho é algo difícil (como qualquer fase da vida acadêmica), mas porque minhas condições subjetivas materiais poderiam colaborar para falhas críticas, que felizmente não ocorreram.

O tema dessa pesquisa me permite revisitar minha trajetória acadêmica e pessoal, o que me faz perceber as contradições que fazem parte da minha vida e de outros milhões de pessoas negras e de outras raças. Além de compreender que as precariedades presentes na vida da classe trabalhadora são parte da lógica do capital, a qual também está envolvida na inferiorização dos(as) intelectuais brasileiros e negros, como uma forma de tentar internalizar que espaços de destaque não são nosso lugar. Então, vejo que há muito a se discutir sobre o tema que proponho, que posso contribuir com essa e novas discussões.

O trabalho no Núcleo de Estudos Críticos e Pesquisas em Educação e Desigualdade Social abriu para mim dois caminhos importantes dentro da pesquisa. O primeiro foi poder conhecer o Materialismo Histórico e investigar um objeto de estudo a partir da perspectiva da quantidade e qualidade em associação e com mesmo peso. O segundo se entrelaça com o primeiro, que é trabalhar com dados estatísticos, indicadores oficiais, o que pessoalmente reabre meu desejo de retomar meus estudos na área de Tecnologia da Informação por meio da programação, em especial a Ciência de Dados.

Enfim, essa tese para mim é como um toque de despertar para eu aprofundar meus estudos sobre a brasilidade, a negritude brasileira, seus autores e, compreender e continuar a construir meu legado dentro do meio acadêmico como pessoa negra, professor e pesquisador.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como finalidade compreender as relações entre a escolaridade e a empregabilidade de pessoas com deficiência na sociedade brasileira. A hipótese é que apesar das leis e políticas públicas voltadas para essa população, as pessoas com deficiência ainda enfrentam desafios em seu processo de escolarização e conseqüente desvantagens em sua inserção no mercado de trabalho, muitas vezes desempenhando as mesmas funções que pessoas sem deficiência, porém em condições de trabalho muito mais precárias.

A metodologia utilizada neste estudo foi o materialismo histórico, pois acreditamos que através dele podemos analisar indicadores sociais relacionados à educação e ao trabalho, com o objetivo de identificar não apenas as diferenças entre pessoas com e sem deficiência, mas também estabelecer conexões entre marcas sociais e ocupação no mercado de trabalho formal brasileiro. A seleção do materialismo histórico como “lente” para realizar esse estudo se dá a partir da perspectiva da unidade dialética entre qualidade e quantidade, que não sofre fragmentação ou distinção entre si dentro dessa base teórica. O que permite analisar a realidade independentemente da natureza quantitativa ou qualitativa dos dados.

Os indicadores sociais são uma forma de se compreender a realidade e as relações sociais nela circunscrita. Um indicador social é em geral uma medida quantitativa utilizada para quantificar um conceito social abstrato, que em números é um instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas (JANNUZZI, 2017). Dentro das estatísticas públicas, encontram-se os indicadores de mercado de trabalho que são medidas usadas para examinar e entender as características e condições do trabalho em uma sociedade. A partir deles, pode-se analisar a qualidade de vida da população, o bem-estar social e econômico.

Minha inserção no Núcleo de Estudos Críticos e Pesquisas em Educação e Desigualdade Social me possibilitou uma apropriação da análise da realidade do trabalhador com deficiência por meio dos indicadores sociais. Dentre os trabalhos do núcleo, dois trabalhos se destacaram, Gonçalves (2012) e Santos (2020).

O estudo de Gonçalves (2012) utilizou indicadores sociais da educação, o Censo da Educação Básica (2007 – 2010), que é disponibilizado

pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A autora estudou as matrículas de alunos com deficiência, (visual, auditiva, física e intelectual) na Educação de Jovens e Adultos - EJA (regular e especial) com foco nas variáveis etapas de ensino, dependência administrativa e faixa etária. Dentre os resultados, Gonçalves (2012) indicou a alta concentração de alunos com deficiência nas séries iniciais da EJA e o crescente número de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais nesta modalidade de ensino.

A partir deste estudo, compreende-se que um grande número de pessoas com deficiência não está sendo escolarizada em sua idade/série regular ou suas trajetórias escolares estão incompletas, marcadas por baixos níveis de aprendizagem. Este fato propicia o retorno à escolarização através dessa modalidade de ensino que se torna uma política pública compensatória vinculada à Educação Especial.

Os resultados de Gonçalves indicam que apesar de políticas públicas includentes, no Brasil, entre os anos analisados pela pesquisadora, foram encontradas 4.762.460 matrículas gerais na EJA, sendo que dessas, 76.782 (1,61%) eram de alunos com necessidades educacionais especiais. Por meio de suas análises, Gonçalves (2012) pôde prever que o número de matrículas de alunos com necessidades especiais na EJA tenderia ao crescimento, ou seja, a desigualdade, exclusão e marginalização ainda são constitutivas das condições de vida das pessoas com deficiência no Brasil.

O contato com o núcleo de estudos, permitiu-me trabalhar com os indicadores sociais antes mesmo da definição do objeto de estudo dessa tese. Nesse sentido, a primeira análise desenvolvida sobre condições de escolarização dos indicadores sociais foi sobre o mapeamento das relações socioeconômicas desencadeadas pelos processos migratórios da Venezuela para o Brasil durante os anos de 2013 a 2019, à luz do materialismo histórico (Serafim, Cabral e Melleti, 2021). Os resultados desse estudo indicam que as condições educacionais dos imigrantes se assemelham muito às condições educacionais da população com deficiência no Brasil: defasagem idade/série e escolarização por meio da EJA (séries iniciais). Apesar dessas semelhanças, não podemos desconsiderar que para os imigrantes a inserção na educação formal é uma das vias fundamentais para o acesso à língua portuguesa, aos

direitos básicos como cidadãos legalizados no Brasil e à possibilidade de melhores condições de trabalho; o que não pode ser afirmado quanto à população com deficiência.

A partir do trabalho com os indicadores sociais, pude constatar que as condições de inserção na educação formal e de inserção no mercado de trabalho formal são mais precárias para as pessoas com deficiência e, que a associação de outras marcas sociais à deficiência potencializa a precarização das condições de vida do sujeito. Perante a constatação do supracitado, a proposta da presente pesquisa foi delineada com foco na condição de vida de pessoas com deficiência. Um tema que tive receio de abordar porque ao falar sobre tal condição, também falaria sobre mim.

O ideal de homem atua como uma referência para identificar e avaliar desvios das aspirações individuais em um grupo social. Ele sustenta a interpretação das condições, atributos e papéis sociais, destacando o afastamento do indivíduo do padrão ideal e das expectativas contextuais. Em outras palavras, o ideal de homem contribui para criar um sentido de afastamento e incompletude, atribuindo falibilidade aos seres humanos. Ser rotulado como *não conforme* implica que a posição social, status e interações são permeados por essa idealização, indicando a falta de merecimento na sociedade. Essa perspectiva sugere que as condições de vida são moldadas pelas idealizações e julgamentos em cada contexto, sendo evidente no caso de pessoas com deficiência mental, cujas vidas são influenciadas pela interpretação social de sua condição como algo distante do considerado normal (MELETTI, 2006). Isso porque a deficiência é uma condição de impedimento de logo prazo e participação plena.

Em 2008, a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), conceituou: “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.” (CORDE, 2008, p 21).

Em 2015, foi promulgada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) (Lei 13.146/2015), conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que em seu segundo artigo declara que “Considera-se pessoas

com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.”

Comparando-se a definição do CORDE e o artigo da LBI, o que muda da primeira para a segunda é a força da lei e a existência das palavras “igualdade de condições”, que em um primeiro momento aparentam fazer sentindo dentro de um contexto de inclusão, porém frente a palavra equidade, pode-se ser levado a refletir sobre o longo caminho que se tem para trilhar enquanto sociedade para que todos tenham tratamento justo. Porque inseridos em uma sociedade de padrões do que é ser apropriado, a deficiência é a materialização do errado, do desconforme; um estado imutável que define o ser antes de qualquer outro atributo, é o indesejável, fardo que empurra às margens da sociedade que busca a perfeição.

No processo inicial da pesquisa, apropriei-me dos conhecimentos contidos na pesquisa de Santos (2020), que analisa a condição de vida da pessoa com deficiência a partir de dados do censo demográfico de 2010 organizados em quatro categorias: deficiência, rendimento e escolarização; deficiência, gênero¹ e rendimento; deficiência, raça e rendimento, e deficiência, raça, gênero e rendimento.

A autora apresenta em seus resultados que a condição socioeconômica das pessoas com e sem deficiência no Brasil é precária, e acentuada quando se soma a ela marcas de gênero e raça. Sendo esse, um legado socio-histórico da escravidão e do sistema patriarcal nas bases da sociedade brasileira.

De acordo com o estudo de Santos (2020), observou-se que a precariedade das condições de vida de uma pessoa com deficiência é determinada, de maneira significativa e essencial, por outras marcas sociais, como classe social, raça e gênero. Em síntese, a soma das precariedades de

¹ Neste trabalho gênero e sexo são intercambiáveis, sendo uma escolha do autor em partes do estudo fazer essas trocas. O dicionário dos dados utilizados nessa tese, o sexo do trabalhador é delimitado pelo sexo biológico masculino e feminino. Reconheço a existência dos estudos de identidade de gênero e espero que em um futuro próximo as pesquisas e coletas de dados oficiais do Brasil possam considerar a identidade de gênero das pessoas.

outras marcas sociais exerce um impacto mais acentuado na qualidade de vida do indivíduo.

Tendo os trabalhos supracitados como ponto de partida, e como sustentação para o presente estudo, estruturamos a pergunta central de pesquisa: **De que modo a intersecção entre raça, sexo, escolaridade interfere na inserção e permanência de pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho?**

Na busca de responder ao questionamento levantado, estabelecemos o seguinte objetivo geral: **Analisar por meio das estatísticas públicas as condições de acesso e permanência de pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho.** No que diz respeito aos objetivos específicos, delimitamos:

- Caracterizar as pessoas com deficiência inseridas no mercado formal de trabalho segundo tipo de deficiência, raça, gênero;
- Identificar o grau de instrução de pessoas com deficiência inseridas no mercado de trabalho formal;
- Identificar e analisar o posto de trabalho ocupado por pessoas com deficiência;
- Analisar o salário recebido por pessoas com deficiência;
- Verificar se existem diferenças nas condições de trabalho de pessoas com e sem deficiência cotejando as variáveis ocupação e salário recebido;
- Analisar se as condições de trabalho das pessoas com deficiência também são impactadas por outras marcas sociais, tais como raça e gênero.

Justifica-se este trabalho tendo em vista que a educação é ferramenta que habilita os indivíduos a participarem do mundo do trabalho. Porém, quando se trata da educação de pessoas com deficiência, existem diversos tipos de barreiras que dificultam ou até mesmo as privam da escolarização, o que acarreta processos de exclusão de várias esferas sociais. Por isso, considera-se relevante medir e descrever a correlação escolarização e

empregabilidade de pessoas com deficiência a partir dos indicadores sociais, a saber, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

1 TRABALHO, EDUCAÇÃO E DEFICIÊNCIA

A educação e o trabalho são essenciais para o crescimento e manutenção da vida e do conhecimento dos seres humanos. Porém, na realidade brasileira são encontrados milhares daqueles que estão em processos de exclusão, às margens da sociedade, em condições de vida cada vez mais precarizadas.

Tal situação ocorre com pessoas com deficiência e outros indivíduos destituídos de acesso e impossibilitados de permanecerem na educação básica e/ou superior, o que acarreta dificuldades para que esses sujeitos possam entrar dignamente no mercado de trabalho com respeito aos direitos fundamentais do trabalhador e bem-estar econômico e social.

Nos próximos subtópicos, fundamentaremos esse trabalho seguindo a base teórica materialista histórica. Nosso foco é relacionar trabalho, deficiência e educação com a finalidade de compreender a intersecção entre as duas estruturas e a deficiência.

1.1 Trabalho

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, este deve ser digno, livre, com igualdade de oportunidades independentemente de etnia, idade, gênero, religião, ou qualquer outra característica pessoal; com remuneração adequada que permita a manutenção individual e de familiares; que o ambiente de trabalho seja seguro e saudável; com seguridade social que proteja o trabalhador contra eventos como doença, acidente, desemprego, maternidade e invalidez; que os trabalhadores tenham o direito de se organizar, negociar coletivamente e participar das decisões relacionadas ao seu trabalho; direito à segurança no emprego e proteção contra demissões arbitrárias e; o desenvolvimento pessoal e o crescimento profissional dos trabalhadores (ILO, 2014).

No capital “o Trabalho é o homem totalmente perdido em si” (MARX.2010, p. 91). O trabalho é a manifestação física do homem que torna uma matéria em produto. No capitalismo, ele é uma forma de se gerar mais capital, gerar mercadorias, incluso neste processo está o próprio homem.

O trabalho, para a classe trabalhadora significa o salário, que serve para a reprodução de sua existência, pela qual acaba se desumanizando em prol de uma sub existência que tão somente serve aos propósitos do capital, de gerar lucro. Para tal, o trabalhador é transformado ao mesmo tempo em capital e mercadoria. Isso porque o trabalhador é visto como uma propriedade, capital vivo e disponível para a troca (MARX, 2010, p.91 – 98).

Dessa forma se apresenta a contradição dentro do trabalho que comumente é conceituado como uma atividade essencial para a vida de todos os seres humanos, que por meio dele somos capazes de produzir, a partir da natureza, bens que atendam à satisfação de nossas necessidades e oportunizem a conexão social entre as pessoas. Porém, ele também é o instrumento do Capital, ou seja, o trabalhador é um capital vivo, e quando não trabalha, perde a possibilidade de reprodução e manutenção de sua existência. Em outras palavras, dentro da sociedade do Capital, se o homem não trabalha, ele não existe (MARX, 2010, p. 91).

Com o avanço das tecnologias, o trabalho se tornou especializado e para desempenhá-lo, ele foi atrelado à educação, que é essencial para o desenvolvimento de qualquer indivíduo, não tão somente por ela ser o meio que facilita socialização de conhecimentos e preparações formais para participar das diversas esferas da vida.

Essas conceituações de trabalho e educação são reais e ideais. Reais porque as pessoas produzem a partir da natureza e estudam para melhorar essas técnicas, extraindo o que podem para tornar produtos em mercadorias; ideais porque trabalhamos e estudamos para na melhor das hipóteses alcançarmos uma condição de vida o mais distante da pobreza extrema possível e, ainda desejando chegar à posição daqueles que nunca precisaram ou precisarão trabalhar.

A *Oxford Committee for Famine Relief*² (OXFAM, 2022, p. 12) por meio do relatório A Fome Mata, aponta que não são todos os cidadãos que têm o direito ao trabalho digno assegurado e por isso vendem sua força de trabalho de forma precária. Muitos dos indivíduos que se encontram em tal situação carregam em si marcas sociais que abrangem os grupos de pessoas com

² Comitê para o Alívio da Fome de Oxford (tradução nossa).

deficiência, mulheres e negros. Os obstáculos enfrentados por essa população a expõe à desigualdade extrema, uma forma de violência econômica, social e cultural constituída por políticas estruturais e escolhas políticas que são enviesadas em favor dos mais ricos e poderosos (HARVEY, 2005).

O fato de as pessoas em situação de pobreza, mulheres e meninas e grupos raciais serem tão frequentemente mortos ou prejudicados de forma desproporcional, mais do que aqueles que são ricos e privilegiados, não é um erro acidental na forma dominante de capitalismo atual, mas uma parte central dele. (OXFAM, 2022, p. 12)

Como qualquer outra categoria dentro do sistema do capital, o trabalho é composto de contradições que dividem a sociedade em duas classes: os proprietários e os trabalhadores sem propriedade. Ora, a sociedade tem mais segmentos que essa classe, como exemplo, pessoas com deficiência, (e outras minorias de gênero e raça), que inseridas dentro da classe trabalhadora passam por diversos percalços para acessar a educação dentro da idade/série adequada e conseqüentemente dificuldades para acessar o mercado de trabalho.

As pessoas com deficiência e de outros grupos considerados minoritários, que pertencem à classe trabalhadora, cada um carregando suas marcas sociais, continuam da mesma forma como postulada por Marx, desprovidas de propriedade e precisando vender sua força de trabalho para que possam (sobre)viver. Por isso, ficando envoltos em uma relação de trabalho, mercadoria, salário, valor e lucro. O que promove o surgimento da valorização do homem e o estranhamento com o sistema do dinheiro. Sob o domínio do capital, “[...] o trabalho não produz somente mercadorias: ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral.” (MARX, 2010, p.80-83).

Apesar dos esforços para a diminuição da desigualdade entre pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência, ela persiste, pois no sistema do capital tudo e todos têm um valor, inclusive os sujeitos, o trabalho e a educação. Quanto aos sujeitos, eles têm sua valoração seguindo o padrão neoliberal de ser humano, a saber: homem, heterossexual, branco, saudável e rico; tudo que se distancia deste padrão é entendido como divergente. Dentro dessa esfera normativa do ser humano, obviamente a deficiência é tida como

anormalidade porque escapa dos aspectos esperados para a perfeição humana ditada pela classe dominante (AMARAL, 1995).

As pessoas com deficiência passam por diversos percalços porque na lógica do capitalismo elas produzem apenas gastos, consideradas um peso morto (MARX, 2011, p. 719). A sociedade capitalista é centralizada na obtenção e acumulação de capital, esse desejo nunca é saciado porque ciclicamente, para se perpetuar, ela cria maneiras de sobrevivência cada vez mais excludentes (MARTINS, 2002, p. 10). Sendo assim, não são somente as pessoas com deficiência são consideradas descartáveis, como todos que estão na sociedade são descartáveis assim que seu potencial de exploração é esgotado. Um processo cíclico de exclusão e inclusão precarizada:

Há processos sociais excludentes, mas não há exclusões consumadas, definitivas, irremediáveis. Uma sociedade cujo núcleo é a acumulação de capital e cuja contrapartida é a privação social e cultural tende a empurrar “para fora”, a excluir, mas ao mesmo tempo o faz incluir ainda que de forma degradada, ainda que em condições sociais adversas. O “excluído” é, na melhor das hipóteses, a vivência pessoal de um momento transitório, fugaz ou demorado, de exclusão-integração, de “sair” e “reentrar” no processo de reprodução social. E sair de um jeito e reentrar de outro, pois a sociedade contemporânea é uma sociedade que pede contínua ressocialização de seus membros, contínua reelaboração das identidades. (MARTINS, 2002, p. 46).

A lógica estrutural do capital que perpetua condições de vulnerabilidade dessas populações à beira do abismo da desigualdade procura promover uma inclusão redundante, pois todos estamos inseridos dentro do sistema socioeconômico vigente (MARTINS, 2002). Independentemente se inseridos por meio de privações, em processos que tornam tanto o trabalhador quanto o seu trabalho em mercadoria prontos a serem vendidos de forma barata, de modo precário, desumano e indigno aos agentes do capital, conservando o sistema de inclusão excludente (MARTINS, 2002; MELETTI, 2006).

Sobre a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal brasileiro, há mais de duas décadas algumas leis e decretos com relação a empregabilidade dessa população vêm sendo promulgadas com a intenção de ampliar seu acesso ao trabalho:

- Lei nº 8.213/91 - determina que empresas com 100 empregados ou mais reservem vagas para pessoas com deficiência. A legislação prevê que as proporções para empregar pessoas com deficiência variam de acordo com a quantidade de funcionários. De 100 a 200 empregados, a reserva legal é de 2%; de 201 a 500, de 3%; de 501 a 1000, de 4%. As empresas com mais de 1001 empregados devem reservar 5% das vagas para essas pessoas.
- Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência que regula os aspectos de inclusão da pessoa com deficiência como um todo, descrevendo seus direitos fundamentais (a vida, a igualdade perante a lei, a liberdade, a segurança, a saúde, a educação, o trabalho e a acessibilidade), equiparando-os aos das pessoas sem deficiência.

A existência de leis que tentam incentivar a contratação de pessoas com deficiência são insuficientes para diminuir os impedimentos para que elas consigam acesso às vagas de emprego, começando pelas empresas que irão prever aumentos em seus gastos para providenciar um ambiente de trabalho adequado para essas pessoas, além de outros gastos como aumento das despesas com planos de saúde, que cobraram mais pelo serviço de pessoas com deficiência, por causa de condição pré-existente da deficiência entre outros pontos como a maior possibilidade de baixa produtividade e desse trabalhador faltar mais ao trabalho por motivos de saúde (RUSSELL, 2019, p 46).

Dado que existe o quesito econômico de empresas que veem como gasto adaptar o ambiente de trabalho para as pessoas com deficiência; baixo grau de escolaridade de algumas dessas pessoas e; a obrigatoriedade de a lei ser cumprida, a essas pessoas são ofertadas vagas de emprego precarizadas com salários mais baixos, além de ocuparem vagas com pouca ou quase nenhuma interação com seres humanos, um situação que leva a inclusão dentro da exclusão (RUSSELL, 2019). Mesmo que postos esses empecilhos para a contratação de pessoas com deficiência ocorrem, não só pela força da lei, como dito anteriormente, mas porque se trata da angariação de mão de obra de baixo pequeno custo para as empresas, pois se trata de uma oportunidade de se acumular riqueza a partir do trabalhador que tem dificuldade para se inserir no mercado de trabalho e por isso se submete a precariedades mais profundas.

Sobre a realidade da pessoa com deficiência no mercado de trabalho brasileiro, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2022 conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresenta que 17,5 milhões de pessoas com deficiência estão em idade de trabalhar, o que significa 10% da população com 14 anos ou mais; 5,1 milhões estão na força de trabalho e 12,4 milhões está fora da força de trabalho (não estão ocupados e nem desocupados).

Os dados da PNAD (IBGE, 2023) mostram que os homens têm maior participação na força de trabalho, existindo diferenças percentuais entre homens com e sem deficiência de 41%; entre mulheres com e sem deficiência de 39,1%, entre homens com deficiência e mulheres sem deficiência 22% e, entre mulheres com deficiência e homens sem deficiência de 50,9%. Esses dados apontam que ser mulher significa ter menos chances de participar da força de trabalho e, que ser mulher com deficiência torna essa chance ainda menor.

Sobre as pessoas ocupadas, maiores de 14 anos ou mais de idade, apresenta que 26,6% das pessoas com deficiência estão ocupadas e 60,7% da população sem deficiência está ocupada, uma diferença de 34,1%. Quanto ao nível de instrução são 17,5% de pessoas com deficiência e 48,7% sem deficiência que não têm instrução e fundamental incompleto; 33,6% com deficiência e 64,1% sem deficiência com fundamental completo e médio incompleto; 42,4% com deficiência e 71,6% sem deficiência com médio completo e superior incompleto e; 51,2% com deficiência e 80,8% sem deficiência. O que aponta que as pessoas ocupadas com deficiência no mercado de trabalho brasileiro tiveram menos oportunidades para concluir seus estudos.

Compreende-se, a partir do estudo do IBGE (2022), que as condições de vida das pessoas com deficiência são piores do que com as sem deficiência. Evidência disso é o rendimento médio das pessoas com deficiência que é de R\$1.860 reais em comparação ao das pessoas sem deficiência que é de R\$2.690. Homens com deficiência recebem em média R\$ 2.157 e os sem deficiência R\$ 2.941. Independente da deficiência, a média salarial das mulheres é menor que a dos homens. Mulheres com deficiência recebem em média R\$ 1.553 reais, enquanto as sem recebem R\$2.347. Sendo assim, entende-se que ser mulher e com deficiência na sociedade do capital implica em piores condições de vida.

Por meio da análise do salário nominal dos trabalhadores apresentado pelo IBGE, percebe-se que na sociedade capitalista o trabalho exercido pela classe dominada, como um todo, é precário. Porém, quando o trabalhador traz em si outras marcas sociais como gênero aliado a deficiência a precarização se agrava, não tão somente como observado no salário, mas também nas condições mínimas para o exercício do trabalho (MARX, 2013).

Percebe-se que os direitos fundamentais, como o direito ao trabalho digno, não são plenamente garantidos para as pessoas com deficiência, e quando são oferecidos, se manifestam de maneira insatisfatória. É importante notar que as ações tomadas pelas autoridades públicas, tanto no âmbito dos serviços educacionais quanto no acesso à renda e ao emprego, não proporcionam às pessoas com deficiência as oportunidades necessárias para superar sua situação de pobreza (SANTOS, 2020, p 38).

Diante das complexidades que envolvem a realidade das pessoas com deficiência, torna-se imperativo empreender uma análise teórica e estatística que abranja os elementos inter-relacionados de educação, trabalho e a própria deficiência. Esta abordagem será desenvolvida nos subtópicos subsequentes para proporcionar uma compreensão mais abrangente dessas questões.

1.2 DEFICIÊNCIA

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019, foi identificado um total de 17,2 milhões de pessoas com deficiência com 2 anos ou mais de idade no Brasil, com uma incidência maior em mulheres. Além disso, esses dados revelam uma correlação entre deficiência e raça, sendo mais incidente entre as pessoas pretas e pardas.

Além disso, a pesquisa apontou que a população jovem com deficiência enfrenta desafios significativos para acessar e concluir seus estudos, o que, por sua vez, acarreta em dificuldades para sua inserção no mercado de trabalho e participação em outras esferas da vida social e política.

O Núcleo de Estudos Críticos e Pesquisas em Educação e Desigualdade Social (UEL) vem apresentando estudos que tem como material

de análise estatísticas educacionais. Dentre estes trabalhos se destacaram os de Meletti e Ribeiro (2014), Germano (2018), Santos (2020) e Cabral (2022).

Utilizando indicadores educacionais, Meletti e Ribeiro (2014), analisaram a escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais, através das estatísticas públicas o acesso e a permanência destas pessoas na educação básica. As análises das autoras indicam que, apesar da implementação da política de educação inclusiva, observa-se uma baixa quantidade de inscrições de estudantes com necessidades educacionais especiais no ensino básico. Além disso, destaca-se que a concentração de matrículas ocorre principalmente nas séries iniciais do ensino fundamental, evidenciando uma significativa disparidade entre a idade do aluno e a série que frequenta.

O estudo de Germano (2018) investigou a trajetória de alunos com deficiência intelectual (DI) do município de Londrina de 2007 a 2015, por meio dos dados do Censo Escolar da Educação básica, que revelaram a existência de 1257 matrículas durante o período estudado. expressivo aumento das matrículas de alunos com DI na modalidade de ensino regular, porém não houve decréscimo de matrículas na modalidade especial. Assim sendo, os dados indicaram a permanência dos alunos em modalidade substitutiva e o acesso de novos alunos na rede de ensino regular.

A autora aponta alto índice de defasagem entre idade e série decorrentes dos sucessivos períodos de retenção escolar. Ainda, revelou, por meio da análise das trajetórias que o incremento de matrículas na rede de ensino regular não exprime a efetivação das políticas educacionais inclusivas em sua plenitude (GERMANO, 2018).

Santos (2020) examinou a condição de vida das pessoas com deficiência por meio de indicadores sociais, especificamente utilizando o Censo Demográfico de 2010 conduzido pelo IBGE. Os resultados indicaram que a situação socioeconômica tanto das pessoas com deficiência quanto daquelas sem deficiência é precária. Em média, 74% (56.553.230) possuem uma renda de até dois salários mínimos, e os índices de rendimentos superiores a vinte salários mínimos não ultrapassam 1% (657.018). No entanto, as pessoas com deficiência enfrentam uma realidade ainda mais acentuada, com 30,06% (1.177.862) da população com deficiência tendo uma renda de até um salário

mínimo. Os dados sobre raça, gênero e renda indicam que pessoas com e sem deficiência sofrem com as mesmas marcas sociais.

Todavia, o estudo de Santos (2020), nos leva a compreender que a condição de vida de uma pessoa com deficiência é desigual, porém o que determina se tal condição é mais desigual que outras é a aglutinação de outras marcas sociais; assim sendo, a deficiência só impacta a vida do sujeito se suas marcas sociais forem desviantes do padrão da sociedade.

Em estudo recente, Cabral (2022) analisou teoricamente a deficiência no capital a partir do conceito de superpopulação relativa e relacionado as práticas capitalistas em direção a deficiência, que é definida pela dicotomia, apto e não apto ao trabalho, ou seja, as ideologias do capital colocam as pessoas com deficiência em um espaço de incompetência; pois o conceito de deficiência no capitalismo é um produto social que é construído por meio do choque entre as forças de exploração e forças de trabalho. O autor aponta a relação entre superpopulação relativa e deficiência como violência estrutural, porque tal relação é marcada pelo aumento do silenciamento, distanciamento por meio de práticas, símbolos e imagens que estão incorporadas como naturais na estrutura social e por isso, também reproduzidas culturalmente e socialmente (CABRAL, 2022, p. 39).

Naturalmente, dentro da sociedade do capital, a classe trabalhadora é dividida entre aqueles que são capazes de vender sua força de trabalho ao máximo, tê-la completamente explorada, e aqueles que não conseguem vender sua força de trabalho por causa deficiência; assim classificados como improdutivos e um peso para o resto da classe trabalhadora (CABRAL, 2022, p. 46).

Dentro da esfera do capitalismo, as pessoas com deficiência estão inseridas na área do pauperismo, ou seja, são pessoas classificadas como miseráveis e incapazes de vender sua força de trabalho. Todavia, são parte do mecanismo de reprodução do sistema capitalista, por meio de suas práticas, símbolos e significados; considerando forças antagonistas – normalidade e anormalidade (CABRAL, 2022, p. 49) – em outras palavras, o excluído que é incluído à sociedade do capital mesmo que de forma precarizada e ainda utilizado como exemplo de superação para que os trabalhadores ditos como normais se permitam a ser ainda mais explorados.

As recentes estatísticas e relatórios oficiais de órgãos governamentais brasileiros confirmam os resultados encontrados nas investigações do Núcleo de Estudos Críticos e Pesquisas em Educação e Desigualdade Social.

Os dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios de 2022 (PNAD) corroboram as descobertas da PNS. Em 2022, a PNAD revelou que a taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 a 59 anos de idade com deficiência no Brasil atingiu 19,5%. Além disso, o estudo aponta a existência de 17,5 milhões de pessoas com deficiência em idade de trabalhar, das quais 5,1 milhões fazem parte da força de trabalho.

A PNAD também destacou disparidades no rendimento médio mensal do trabalho para pessoas com 14 anos ou mais de idade, considerando sexo, cor/raça e presença de deficiência. A diferença no rendimento médio entre mulheres brancas com e sem deficiência atingiu 52,5% (R\$ 1.004,00). As maiores disparidades surgem quando se compara o salário de mulheres pretas com deficiência com o de homens brancos com deficiência, uma diferença de 118% (R\$ 1.514,00), ou os salários de mulheres negras com deficiência e os de homens brancos sem deficiência (198,67%) R\$ 2.545,00).

Esses dados refletem alguns dos desafios que persistem no Brasil, apesar dos esforços realizados desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. Essa Constituição serve como alicerce para garantir que todos os cidadãos brasileiros desfrutem de direitos sociais, independentemente de suas características individuais, como raça, cor, religião, sexo biológico, deficiência e outras. No entanto, a realidade brasileira frequentemente difere do que está estabelecido na nossa Carta Magna, em grande parte devido ao alinhamento com ideologias políticas e econômicas neoliberais que priorizam a cristalização da desigualdade social e a perpetuação do poder da classe dominante.

1.3 EDUCAÇÃO

As pessoas que fazem parte da classe dominada estão em constante processo de exclusão-integração que lhes é imposto pelo sistema que as mantém à suas margens. Contraditoriamente, a educação que é utilizada como

instrumento de dominação do capital é a mesma que por meio de políticas compensatórias que têm como objetivo atenuar os efeitos danosos provenientes do modo de produção capitalista (Mészáros, 2008) .

Para Netto e Lucena (2016), pesquisadores da área da educação, Marx e Engels construíram um extenso sistema teórico sobre a sociedade capitalista, que abarca questões da vida humana e, a educação está inclusa nessa teoria com a intenção de se tratar da educação da classe trabalhadora e da instrução pública, que são importantes para que essa classe possa caminhar em direção a revolução do proletariado.

Todavia, “[...] A educação na sociedade capitalista é um instrumento ideológico nas mãos da classe dominante, a qual determina o seu caráter de acordo com os seus interesses particulares” (NETTO; LUCENA, 2016, p.58); Apesar dos protestos de vários pesquisadores e educadores que seguem o eco das palavras de István Mészáros (2008) de que a educação não deveria ser uma mercadoria, no contexto do sistema capitalista ela é entendida mercadoria que contribui para o domínio e reprodução da lógica do capital, não tão somente educando formalmente, mas também pelos meios de comunicação como a televisão, rádio e principalmente a internet que legitimam os discursos do capital de forma a torna-los uma “ordem natural” de uma sociedade que deve ser mantida inalterável (MÉZÁROS, 2008, p. 37).

Independentemente do sistema de produção vigente em uma sociedade, ele não se perpetua sem seu próprio sistema de educação para reproduzir a lógica ideológica e estrutural do sistema para que os objetivos sociais, culturais, educacionais, de vida do sujeito não estejam em contradição com a própria lógica do sistema de produção dominante. (MÉZÁROS, 2006, p. 263).

Frigotto e Ciavatta (2003), explicam que as diversas formas de vida, situações concretas e cidadania são provenientes da divisão do trabalho que garante diferente tipo de acesso às mercadorias produzidas para o mercado, o que amplia a desigualdade social. Tal cenário é reproduzido na educação, em especial na educação básica.

A lógica de reprodução ideológica do Capital fetichiza o direito, que é válido para todos os indivíduos, grupos e classes sociais, pois o direito

está na esfera do público, ou seja, do geral e do universal. Tal fetichização transforma o direito à educação em um serviço (CHAUÍ, 2016).

A educação como um direito essencial é atrelada a ideia de bem a ser desejado e disputado como uma mercadoria de acesso de poucos. Consumida por alguns e comercializado por muitos, a educação na estrutura do capital reproduz a lógica da escravidão e da dominação pela ideologia meritocrática. Ela ignora as determinações históricas e materiais que constituem e mantêm várias instituições dessa sociedade, perpetuam o domínio burguês.

A educação, enquanto uma mercadoria intangível, recebe um valor que serve de moeda de troca para realização do trabalho, ou seja, ela é fetichizada recebendo características que não são próprias dela. Em outras palavras, é atribuída à educação características de vantagem para se competir na esfera do trabalho.

Fetichizada, a educação está em um meio de contradição dicotômica que envolve a educação pública e educação privada. Ambas são educação, porém a cada uma delas é atribuído valor diferente. Cada uma recebe um valor que muda de acordo com as relações sociais dominantes, ou seja, nas últimas décadas do século XX e até o momento no século XXI, a educação básica privada é apontada como melhor que a educação pública, pois se acredita que pessoas que alcançam vagas em cursos considerados como de elite em universidades públicas são os estudantes que tiveram educação básica privada. O que colabora para a perpetuação das desigualdades dentro da sociedade do Capital.

A educação de pessoas com deficiência no Brasil é acompanhada pela filantropia e pela caridade desde seus primórdios, como aponta Lehmkuhl (2021). O modelo de assistência às pessoas com deficiência, especialmente aquelas diagnosticadas com deficiência intelectual e múltipla, foi implementado em instituições privadas filantrópicas, com aprovação das políticas governamentais na área da Educação. Este serviço não se destinou exclusivamente aos filhos de pais de classe média e alta, mas abrangeu toda a população que, devido às suas limitações inerentes, não contribuiria para o desenvolvimento econômico do país, sendo assim beneficiária de ações benevolentes e assistência aos necessitados. Os princípios de filantropia e caridade desempenharam e continuam desempenhando um papel fundamental

na Educação Especial no Brasil desde o início do século XX, com a criação e disseminação de instituições privadas de natureza filantrópica e assistencial (LEHMKUHL, 2021, p. 11).

A filantropia, além de não ser formativa, é uma antítese ao direito, à educação dentro da idade série apropriada, à cidadania entre outros direitos. Na sociedade capitalista, o conceito de cidadania perde sua relevância, sendo contraditório em um contexto social hierarquizado por classes, onde alguns indivíduos possuem mais direitos do que outros. Nessa sociedade, a concessão de direitos pelo Estado está intrinsecamente ligada à produção desigual de bens materiais e culturais (GARCIA, 1998).

A filantropia surge como resultado desse antagonismo em uma sociedade que gera disparidades sociais, apresentando a extrema pobreza de uma considerável parcela da população, com diversos problemas sociais, uma classe média que luta para manter um padrão de consumo e uma elite extremamente rica que ostenta seus privilégios. Essa disparidade social provoca uma agitação social, levando a atitudes filantrópicas por parte da burguesia, conforme destacado por Garcia (1998). Nesse contexto, a filantropia é caracterizada por ações de auxílio aos desfavorecidos como uma forma de "minimizar" as diferenças sociais e os conflitos de classe (GARCIA, 1998).

No campo educacional, por meio de legislação, iniciando-se a partir da Constituição de 1988 (Constituição Cidadã), foram dados importantes passos ao encontro do acesso à educação para pessoas com deficiência.

- 1988 - Constituição da República - Garante o direito à escola para todos independente de sua origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Dando o “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (BRASIL, 1988).
- 1989 - Lei nº 7.853/89 - Criminaliza recusa, suspensão, adiamento, cancelamento ou extinção de matrícula de um estudante por causa de sua deficiência em qualquer estabelecimento educacional, em qualquer nível de ensino, seja público ou privado.
- 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - Define o direito à igualdade de condições e a permanência na escola, tendo o Ensino Fundamental

obrigatório e gratuito; inclusive para aqueles que não tiveram acesso durante a idade/série própria e atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular.

- 2000 - Lei nº 10.098 - Estabelecimento de normas sobre a acessibilidade física e definição de barreira como sendo obstáculos nas vias e no interior de edifícios, nos meios de transporte e tudo o que dificulte a expressão ou o recebimento de mensagens dos meios de comunicação.

É importante salientar que apesar de garantias legais, o acesso escolar não é sinônimo de permanência escolar e tampouco de sucesso escolar. A não escolarização e altos índices de defasagem idade/série de pessoas com deficiência (MELETTI; RIBEIRO, 2014) são aspectos da realidade que muitas vezes é abordada quando o estudante extrapola a idade/série da escola regular e passa a ser atendido da Educação de Jovens e Adultos.

Para Gonçalves (2012, p.20):

A Educação de Jovens e Adultos ainda é precária em termos políticos, comprometendo ainda mais a formação dos alunos que por motivos diversos evadiram, desistiram, não freqüentaram a escola em idade própria, ou ainda, foram excluídos dos espaços educacionais. Ainda que historicamente no Brasil, a Educação de Jovens e Adultos tenha sido constituída sob conflitos e tensões em termos políticos, entendemos que esse pode ser o momento de pensá-la em termos de uma política pública. (GONÇALVES, 2012, p.20).

A EJA é uma política compensatória, que é destinada a uma população que passou por processo de exclusão escolar por diversos motivos e dentre o seu público estão pessoas com deficiência. Essa modalidade educacional é constituída para retificar este processo histórico brasileiro da escolarização básica (GONÇALVES, 2012).

É certo que, no contexto brasileiro, leis e decretos relativos ao acesso da pessoa com deficiência à educação e ao trabalho são marcos importantíssimos, porém ainda são irrisórios perante os 18,6 milhões de pessoas com deficiência no Brasil, cerca de 8,9% da população, segundo o IBGE (2023).

Acreditando na necessidade de mais estudos dentro da temática da deficiência que envolvam pilares da sociedade como educação, trabalho, e marcas sociais como gênero e raça/cor; objetivou-se analisar nesta tese indicadores sociais da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2020. Esses dados têm a potência de revelar a realidades das pessoas com deficiência que estão no mercado de trabalho, tanto quanto a sua escolaridade, além de rendimento, ocupação e empregabilidade.

Na próxima secção se apresentou os caminhos metodológicos. Nela se fala sobre a metodologia que norteia esse trabalho e os procedimentos adotados para se acessar e processar os microdados da RAIS.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Os caminhos metodológicos desse trabalho se iniciaram a partir do estudo de bases de dados como o Censo da Educação Básica, Censo da Educação Superior do INEP; o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2020 do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), sendo esta última base de dados a investigada nesta tese. Porque a RAIS apresenta dados sobre os trabalhadores. Tais como a data de admissão, salário, ocupação, deficiência, tipo de deficiência: física, auditiva, visual, mental, múltipla; grau de instrução, sexo, raça/cor, entre outros dados.

No entanto a RAIS tem suas limitações, (que conseqüentemente é uma das limitações dessa tese), pois se concentra principalmente em coletar informações sobre trabalhadores com vínculos empregatícios formais, ou seja, aqueles que estão registrados conforme a legislação trabalhista e previdenciária. Assim sendo, a RAIS não inclui informações sobre os seguintes tipos de empregados:

- Trabalhadores autônomos: pessoas que prestam serviços de forma autônoma, sem um contrato formal de emprego com uma empresa. Isso inclui profissionais liberais, como médicos, advogados, artistas independentes e empreendedores individuais.
- Trabalhadores informais: pessoas sem um registro formal de emprego. Inclui-se vendedores ambulantes, prestadores de serviços autônomos sem registro formal, entre outros.
- Trabalhadores temporários que são contratados por meio de empresas de trabalho temporário.
- Estagiários pois não são considerados empregados com vínculo empregatício formal.
- Empregados domésticos não registrados.
- Trabalhadores por conta própria: pequenos empresários individuais e microempreendedores individuais.

Apesar dessas delimitações, a RAIS é pertinente para o planejamento e formulação de políticas públicas, pois esses dados permitem

identificar tendências na educação e no mercado de trabalho, que podem culminar em programas de treinamento, educação e capacitação, bem como políticas de emprego e desenvolvimento econômico.

Bem como, análise do mercado de trabalho por meio dos dados de escolaridade que ajudam a avaliar a qualificação da força de trabalho. Com base nesses dados, é possível entender se há falta ou excesso de profissionais com determinados níveis de formação, o que pode ser útil para empresas na tomada de decisões sobre contratações e investimentos em capacitação.

A coleta de informações sobre a escolaridade dos empregados também pode servir para monitorar a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho. O que permite avaliar se certos grupos demográficos estão sub-representados em determinados níveis de educação e emprego, isso pode ajudar na identificação de desigualdades e na implementação de políticas de inclusão e equidade.

Ainda, os dados da RAIS são relevantes para pesquisadores e acadêmicos para estudar tendências educacionais e de emprego. Essas informações ajudam a conduzir análises sobre a relação entre a educação e o mercado de trabalho, e como fatores educacionais afetam o emprego e os salários.

Neste trabalho buscamos analisar variáveis relacionadas ao trabalho formal, assalariado e à educação formal dos trabalhadores abarcados pela RAIS.

Esses dados estatísticos são aqui apresentados como indicadores sociais, que como supracitados, impactam justamente na elaboração de políticas públicas em todas as esferas sociais. De acordo com Jannuzzi (2005), os indicadores sociais

Prestam-se a subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e da sociedade civil e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais (JANNUZZI, 2005, p. 138).

Os dados utilizados da RAIS foram do ano de 2020, eram os

mais recentes à época, apesar de sua peculiaridade, que transformou as formas de se estudar e trabalhar por causa das restrições impostas pelo COVID-19, as quais não foram devidamente respeitadas graças falas negacionistas em partes apoiadas por líderes políticos em especial do presidente da república em tal período.

A RAIS é um relatório de informações socioeconômicas solicitado pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia brasileiro às pessoas jurídicas e outros empregadores anualmente. Ela foi instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975 tendo por objetivo suprir às necessidades de controle da atividade trabalhista no País, prover dados para elaboração de estatísticas do trabalho e disponibilizar informações do mercado de trabalho às entidades governamentais.

Escolhemos o mercado de trabalho formal porque é essa modalidade de trabalho que dá as condições mínimas de direito de trabalhador para as pessoas, por isso, queremos saber quais são as pessoas com deficiência que têm acesso a esse mercado de trabalho, que é a melhor condição do trabalhador.

2.1 PROCEDIMENTOS

Para os processamentos de dados se utilizou duas linguagens para o tratamento e leitura de dados estatísticos; a linguagem Python (PYTHON SOFTWARE FOUNDATION, 2023), uma das mais populares do mundo, a biblioteca Pandas, uma biblioteca para ciência de dados de código aberto construída para ser utilizada juntamente com Python (ALURA, 2023). E a linguagem R (R CORE TEAM, 2022) e o pacote³ Dplyr (WICKHAM, FRANÇOIS, HENRY, MÜLLER, 2022), por meio do R Studio (RSTUDIO TEAM, 2022).

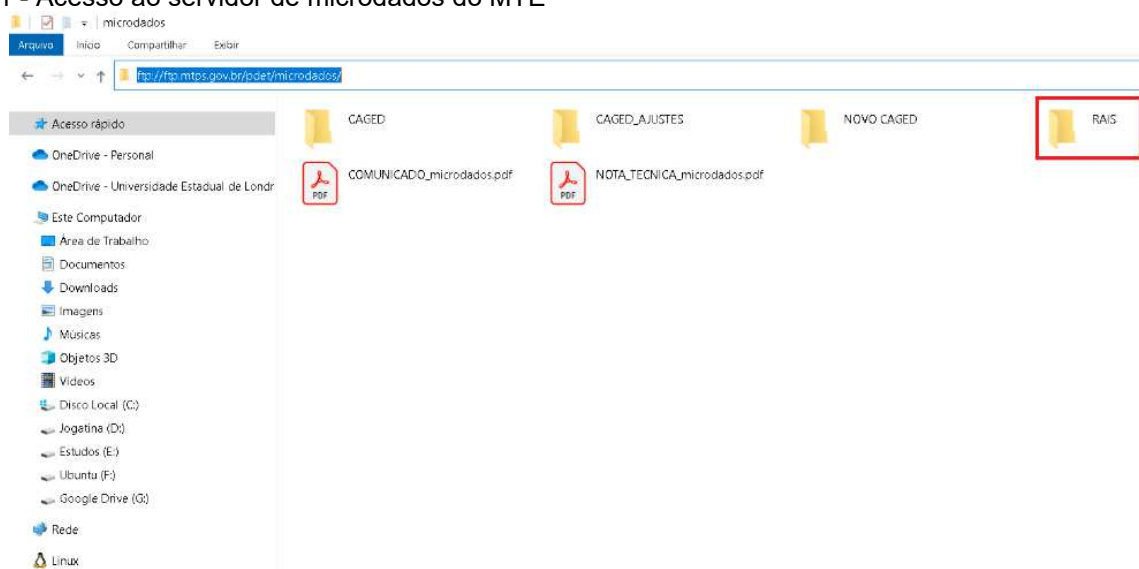
Salienta-se que linguagens bibliotecas, pacotes e software são abertos e gratuitos e, auxiliam milhares de pesquisadores em suas pesquisas. A utilização de software e linguagens livres permite que mais pesquisadores desenvolvam novas pesquisas estatísticas em suas áreas de interesse, o que é

³ Em R, um pacote é uma convenção para organizar e padronizar a distribuição de funções extras da linguagem.

um atrativo para que docentes e discentes da área de Educação enriqueçam suas pesquisas com essas ferramentas.

Os procedimentos relativos ao processamento dos dados para essa tese foram iniciados a partir do acesso ao site do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho⁴ (PDET), onde foi encontrado o link⁵ para o servidor que hospeda os microdados da RAIS. Para acessar os dados, utilizei o Explorador de Arquivos do Windows 10 como se fosse um navegador de internet:

Figura 1 - Acesso ao servidor de microdados do MTE



Fonte: PDET, 2021. Organizado pelo autor

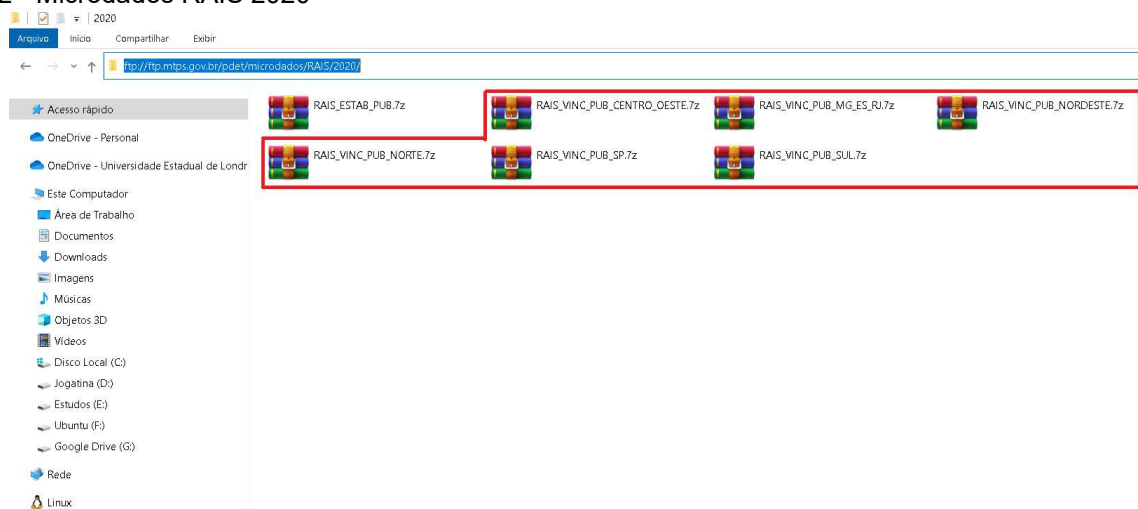
Uma vez dentro do servidor, acessei a pasta RAIS⁶, que apresentava pastas que contém dados da RAIS de 1985 a 2020. Para essa pesquisa foi selecionada a pasta do ano de 2020, que são os microdados mais recentes a época da coleta de dados. Por fim, baixou-se os seis arquivos compactados referentes aos vínculos dos trabalhadores.

⁴ Site do PDET: <http://pdet.mte.gov.br/microdados-rais-e-caged>

⁵ Servidor que hospeda os microdados da RAIS: <ftp://ftp.mtps.gov.br/pdet/microdados/>

⁶ Dentro dessa pasta se encontra também a pasta de Layouts, contém os dicionários de variáveis dos utilizados para compreender e distinguir as variáveis.

Figura 2 - Microdados RAIS 2020

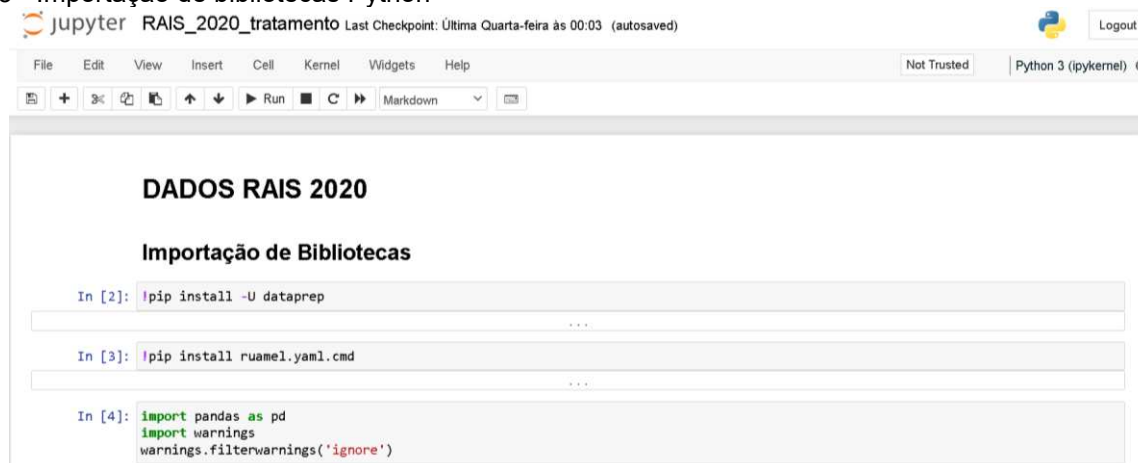


Fonte: PDET, 2021. Organizado pelo autor.

Assim que os arquivos foram armazenados localmente, eles foram descompactados para serem processados na linguagem computacional Python por meio do aplicativo Jupyter⁷ notebook, previamente instalado no computador.

Antes dos dados serem processados, cada um dos seis arquivos passou pelo seguinte tratamento⁸:

Figura 3 - Importação de bibliotecas Python



Fonte: PDET, 2021. Dados processados pelo autor.

⁷ Saliento que todo o conteúdo das capturas de imagem do Jupyter notebook foi criado por meio de programação computacional, ou seja, ao abrir um projeto no aplicativo, o script dele estará em branco.

⁸ Para o tratamento dos dados é aconselhável utilizar um computador com no mínimo 16 gigabytes de RAM. Caso tenha problemas com o estado de São Paulo, utilize a linguagem R.

Primeiro, foram instaladas as bibliotecas `dataprep`⁹ e sua dependência `ruamel`, respectivamente nas linhas 2 e 3. Na linha 4 são importadas as bibliotecas `Pandas`¹⁰ e `Warnings`¹¹.

Figura 4 - Carregando microdados para dentro do Jupyter Notebook



```
In [6]: centro_oeste = pd.read_csv('E:\RAIS\RAIS_2020\RAIS_VINC_PUB_CENTRO_OESTE\RAIS_VINC_PUB_CENTRO_OESTE.txt',
                                sep=';', encoding='latin')
```

Fonte: PDET, 2021. Dados processados pelo autor.

Os dados referentes a região Centro-Oeste foram carregados para dentro do script por meio do código demonstrado na figura 4; para o carregamento foi criado o conjunto `'centro_oeste'` que recebeu o comando `'pd.read.csv'` para que aconteça a leitura do arquivo `'txt'`. A primeira parte em vermelho é referente ao endereço local do arquivo de texto; `"sep"` se refere ao sinal gráfico utilizado para separar as colunas e variáveis do arquivo; e `"encoding"` é o conjunto de regras utilizadas para se armazenar arquivos que apresentam particularidades da técnica a ele aplicada, nesse caso, regras de línguas de origem latina.

Para esse estudo foram selecionadas 7 colunas do arquivo a partir do dicionário de variáveis do conjunto, (Cadastro Brasileiro de Ocupações CBO 2002, Escolaridade após 2005, Faixa de Remuneração Média por Salário Mínimo, Indicador de Deficiência, Raça Cor, Sexo do Trabalhador e Tipo Deficiência). Para tal seleção, foram utilizados os comandos ilustrados na imagem a seguir:

⁹ Biblioteca utilizada para a otimização do tratamento de dados estruturados e não estruturados.

¹⁰ `Pandas` é uma biblioteca de código aberto construída sobre a linguagem Python. Ela é utilizada para a ciência de dados, provendo rapidez e flexibilidade na análise dos dados.

¹¹ `Warnings` foi instalada para evitar que avisos desnecessários apareçam na tela durante o carregamento dos dados.

Figura 5 - Seleção das variáveis para o processamento dos microdados

The screenshot shows a Jupyter Notebook titled 'RAIS_2020_tratamento'. The code in the cells is as follows:

```
In [7]: #mostrar o máximo de colunas
pd.set_option('display.max_columns', None)

In [8]: #seleccionando as variáveis que utilizo na pesquisa
co = centro_oeste.loc[:,['CBO Ocupação 2002', 'Escala de escolaridade após 2005', 'Faixa Remun Média (SM)', 'Ind Portador Defic',
                        'Raça Cor', 'Sexo Trabalhador', 'Tipo Defic' ]]

In [9]: display(co)
```

The output of the code is a table with the following columns: CBO Ocupação 2002, Escolaridade após 2005, Faixa Remun Média (SM), Ind Portador Defic, Raça Cor, Sexo Trabalhador, and Tipo Defic. The table displays the first five rows of data.

	CBO Ocupação 2002	Escolaridade após 2005	Faixa Remun Média (SM)	Ind Portador Defic	Raça Cor	Sexo Trabalhador	Tipo Defic
0	632610	1	2	0	4	1	0
1	717020	1	2	0	2	1	0
2	621005	1	2	0	4	1	0
3	784205	1	3	0	8	1	0
4	724315	1	3	0	9	1	0

Fonte: PDET, 2021. Dados processados pelo autor.

Na figura 5, o comando da linha 7 foi usado para que todas as colunas do conjunto de dados fossem apresentadas. O comando da linha 8 foi usado para selecionar as colunas de interesse para o trabalho. Cada coluna está separada por vírgula para que elas sejam localizadas dentro do conjunto 'centro_oeste' e, consequentemente formar um novo conjunto chamado de 'co'. Na linha 9 foi usado o comando 'display' para apresentar o cabeçalho do conjunto e algumas de suas linhas para conferência das colunas selecionadas. Para salvar a seleção de dados em arquivos CSV foi utilizado o seguinte comando:

Figura 6 - Comando para salvar os dados

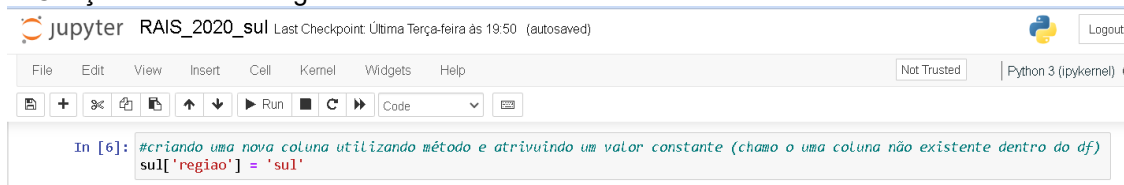
The screenshot shows a Jupyter Notebook titled 'RAIS_2020_tratamento'. The code in the cell is as follows:

```
In [23]: co.to_csv('E:\RAIS\merged\co.csv')
```

Fonte: PDET, 2021. Dados processados pelo autor.

Com o intuito de identificar as grandes regiões do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), foi adicionada a cada uma delas a variável 'Regiões' – como valor de variável a abreviação de cada região. Para tal, utilizamos a seguinte programação:

Figura 7 - Criação da variável região



```

jupyter RAIS_2020_sul Last Checkpoint: Última Terça-feira às 19:50 (autosaved)
File Edit View Insert Cell Kernel Widgets Help Not Trusted Python 3 (ipykernel)
In [6]: #criando uma nova coluna utilizando método e atribuindo um valor constante (chamo o uma coluna não existente dentro do df)
sul['regiao'] = 'sul'

```

Fonte: PDET, 2021. Dados processados pelo autor.

Para formar o conjunto de dados utilizado nesse estudo, repeti algumas vezes o processo descrito anteriormente e concatenei os arquivos CSV criando 4 grandes arquivos que depois foram concatenados como na imagem a seguir:

Figura 8 - Concatenação de arquivos



```

jupyter RAIS_2020_tratamento Last Checkpoint: Última Quarta-feira às 00:03 (autosaved)
File Edit View Insert Cell Kernel Widgets Help Not Trusted Python 3 (ipykernel)
Concatenando os arquivos das Regiões
In [2]: rg1 = pd.read_csv('E:\RAIS\merged\co_n.csv')
rg2 = pd.read_csv('E:\RAIS\merged\saop.csv')
rg3 = pd.read_csv('E:\RAIS\merged\se1.csv')
rg4 = pd.read_csv('E:\RAIS\merged\sul_ne.csv')

In [11]: brasil = pd.concat([rg1,rg2,rg3,rg4])

In [12]: brasil.to_csv('E:\RAIS\merged\sil.csv')

In [10]: display(brasil)

```

	CBO Ocupação 2002	Escolaridade após 2005	Faixa Remun Média (SM)	Ind Portador Defic	Raça Cor	Sexo Trabalhador	Tipo Defic
0	632610	1	2	0	4	1	0
1	717020	1	2	0	2	1	0
2	621005	1	2	0	4	1	0
3	784205	1	3	0	8	1	0
4	724315	1	3	0	9	1	0
...

Fonte: PDET, 2021. Dados processados pelo autor.

Depois que os quatro arquivos '.CSV' foram carregados utilizando o comando 'pd.read_csv'. Cada um dos conjuntos criados foi concatenado gerando o conjunto final com o nome de 'brasil'. Neste ponto é finalizado o tratamento inicial dos dados, o que permite o processamento mais apurado deles.

Os próximos processamentos ocorreram a partir da escolha das variáveis contidas no conjunto de dados da RAIS de 2020: tipo de deficiência, raça/cor, gênero e grau de instrução para caracterizar as pessoas com

deficiência. A variável tipo de deficiência é composta pelos valores de variável: física, auditiva, visual, mental, múltipla, reabilitado, não deficiente e ignorado. Nesse estudo, não utilizamos os valores múltipla por se tratar de um número baixo de participantes; reabilitado pois esse valor faz referência aos trabalhadores de que sofreram algum tipo de acidente durante o período de 2020, foram assistidos pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), recuperados voltaram a seu posto de trabalho, ou seja, tratava-se de um impedimento temporário. Não deficiente e ignorado por não fazerem parte do escopo do trabalho.

A próxima variável é raça/cor, composta pelos valores: indígena, branca, preta, amarela, parda, não identificado e ignorado. Os valores preta e parda, foram unidos em um novo valor: negra, algo possível por causa o conceito de pessoa negra que é a junção das duas raças. Os valores não identificado e ignorado, também não figuram entre os dados da tese. Salientamos que ao decorrer do estudo, nosso foco é direcionado para as raça/cor branca e negra por configurar o maior número de trabalhadores formais no ano de 2020.

A variável relacionada ao gênero, é a sexo que tem como valor de variável masculino e feminino. A última variável de caracterização é o grau de instrução, os valores dela são os seguintes: até quinto ano iniciado, quinto ano – fundamental 1 completo, sexto ao novo ano fundamental 2, fundamental completo, médio incompleto, médio completo, superior incompleto, superior completo, mestrado, doutorado.

Outras variáveis que foram utilizadas nesse trabalho foram relacionadas ao salário mínimo que foi dividido em faixas: zero a um, um a dois, dois a cinco, cinco a dez, dez a vinte e mais de vinte. Também foi utilizada a variável salário nominal com diferentes valores salariais em Reais.

O Catálogo Brasileiro de Ocupações é a variável que apresentou as ocupações que são reconhecidas formalmente no Brasil.

Completo o processamento dos dados e a separação das variáveis que serão utilizadas nessa pesquisa, iniciamos a exposição e discussão dos resultados no tópico a seguir.

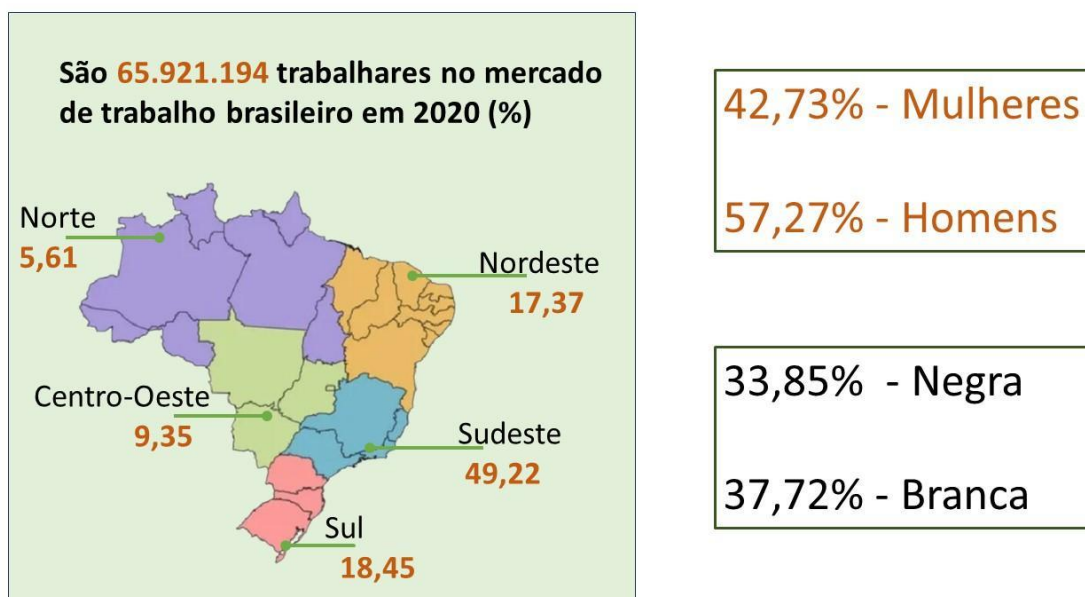
3 INDICADORES SOBRE A ESCOLARIDADE E EMPREGABILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

Neste tópico apresentamos os indicadores que permitem refletir sobre as condições educacional, laboral e conseqüentemente de vida das pessoas com deficiência no Brasil. Os resultados foram obtidos a partir dos processamentos dos microdados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). No primeiro momento são discutidos os dados de totalidade dos movimentos de admissão e demissão no ano de 2020. A seguir, são caracterizadas as pessoas com deficiência inseridas no mercado formal de trabalho segundo o tipo de deficiência, raça e gênero. Posteriormente, é identificado e analisado o posto de trabalho ocupado por pessoas com deficiência e o salário recebido. Por meio das variáveis ocupação e salário recebido, procurou-se verificar se existem diferenças nas condições de trabalho de pessoas com e sem deficiência. Analisou-se se as condições de trabalho das pessoas com deficiência também são impactadas por outras marcas sociais, tais como raça e gênero.

Contextualização do mercado formal de trabalho brasileiro em 2020

Os dados gerais da Relação Anual de Informações Sociais de 2020 computaram 65.921.194 movimentos de admissão e demissão de trabalhadores como demonstrado no gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Trabalhadores no mercado de trabalho formal brasileiro em 2020



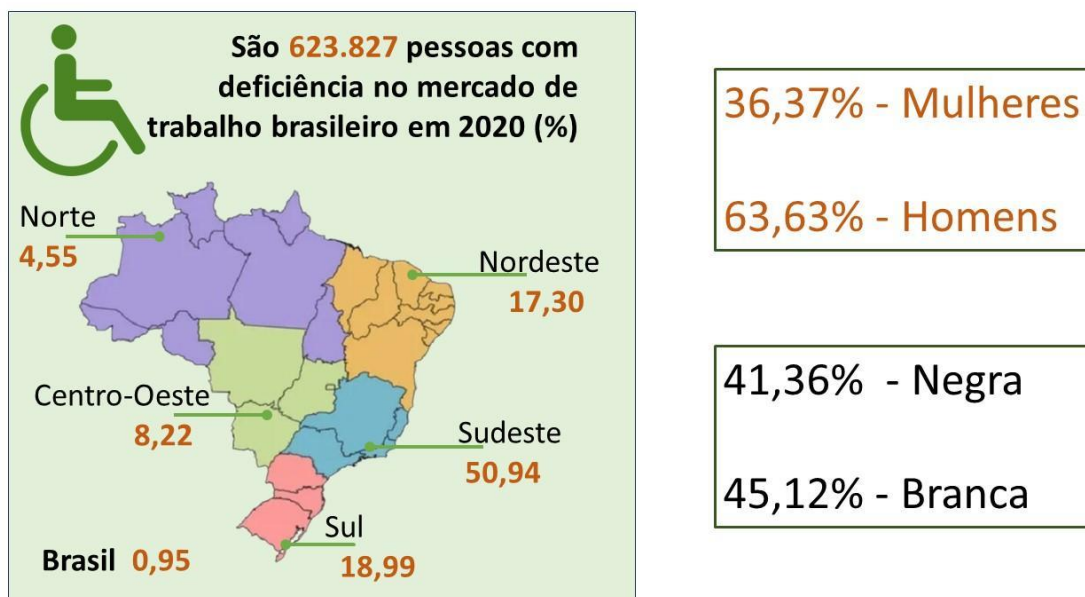
	Branca	Negra	Amarela	Indígena	Não Identificado	Total
Masculino	14.149.874	14.044.224	190.768	72.942	9.298.078	37.755.886
Feminino	10.716.328	8.272.942	148.785	41.718	8.985.535	28.165.308

Fonte: PDET, 2021. RAIS 2020, organizado pelo autor.

Do número total de trabalhadores registrados na RAIS 2020, 37.755.886 eram do sexo masculino (57,27%). 14.149.874 brancos (21,46%); 14.044.224 negros (21,30%); 190.768 amarelos (0,29%); 72.942 indígenas (0,11%); e 9.298.078 com raça ou cor não identificada (14,10%). E 28.165.308 eram do sexo feminino (42,73%). Destas 10.716.328 brancas (16,26%); 8.272.942 negras (12,55%); 148.785 amarelas (0,23%); 41.718 indígenas (0,06%); e 8.985.535 com raça ou cor não identificada (13,63%).

Quanto aos trabalhadores com deficiência foram computadas 623.827 registros durante o ano de 2020.

Gráfico 2 - Trabalhadores com deficiência no mercado de trabalho brasileiro em 2020



	Branca	Negra	Amarela	Indígena	Não Identificado	Total
Masculino	176.839	171.721	2.834	744	44.800	396.938
Feminino	104.648	86.289	1.754	429	33.769	226.889

Fonte: PDET, 2021. RAIS 2020, organizado pelo autor.

Destes, 396.938 eram de homens (63,63%), 176.839 brancos (28,35%); 171.721 negros (27,53%); 2.834 amarelos (0,45%); 744 indígenas (0,12%) e 44.800 com raça ou cor não identificada (7,18%). E 226889 eram de mulheres (36,37%); 104.648 brancas (16,78%); 86.289 negras (13,83%); 1.754 amarelas (0,28%); 429 indígenas (0,07%) e 33.769 com raça ou cor não identificada (5,41%).

O número de pessoas negras e brancas diverge dos dados apresentados nos Censos Demográficos de 2010 e 2022, em que mais da metade da população é composta de mulheres e quanto a raça/cor de pessoas negras.

Os dados da RAIS apresentam o inverso, onde mais homens (57,27%) têm participação no mercado formal de trabalho, sendo as pessoas brancas (37,72%) como maioria nesse espaço. Isso indica que pessoas brancas tiveram mais oportunidades de emprego em 2020, em especial os homens brancos, o que pode indicar que eles possam ter melhores condições de vida que pessoas com marcas sociais diferentes das deles.

No próximo subtópico, caracterizamos as pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho, considerando o tipo de deficiência de acordo com o que a RAIS classifica como deficiência, raça e gênero.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INSERIDAS NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO SEGUNDO TIPO DE DEFICIÊNCIA, RAÇA E GÊNERO.

A RAIS apresenta em seu conjunto de dados a variável Tipo de Deficiência, nela estão contidos valores numéricos individuais que representam as seguintes deficiências mapeadas pelo levantamento anual: física, auditiva, visual, intelectual, múltipla e reabilitado.

Estreitando a análise dos dados quanto a presença de trabalhadores com deficiência no mercado formal de trabalho brasileiro, elencam-se as deficiências e o número de trabalhadores no período de 2020:

Tabela 1 - Tipos de deficiências apresentadas na RAIS 2020

Deficiência	Trabalhadores
Física	275.875 (44,22%)
Auditiva	111.034 (17,79%)
Visual	104.716 (16,78%)
Intelectual	56.992 (9,13%)
Múltipla	10.778 (0,17%)
Reabilitado	64.422 (10,32%)

Fonte: PDET, 2021. RAIS 2020, organizado pelo autor.

Da caracterização das pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho brasileiro segundo as deficiências que são elencadas pela RAIS e gênero, encontramos 396.938 trabalhadores com deficiência; 176.799 com deficiência física (28,34%); 65.462 com deficiência auditiva (10,49%); 65.885 com deficiência visual (10,56%); 38.959 com deficiência intelectual (6,25%); 6.858 com deficiência múltipla (1,10%); 42.975 reabilitadas (6,89%). E 226.889 (36,37%) eram compostos por trabalhadoras com deficiência; 99.076 com deficiência física (15,88%); 45.572 com deficiência auditiva (7,31%); 38.831 com deficiência visual (6,22%); 18.033 com deficiência intelectual (2,89%); 3.930 com deficiência múltipla (0,63%); 21.447 reabilitadas (3,44%)

Sobre o trabalhador reabilitado, ele é conceituado como o trabalhador que por algum motivo teve que se afastar de suas funções, foi amparado pelo INSS e após sua recuperação voltaram ao seu posto de trabalho. Assim sendo, são 64.422 (10,33%) do total de pessoas com deficiência no mercado formal de 2020 que não deferiam ser caracterizados como pessoas com deficiência, visto que a deficiência se trata de uma condição permanente. Esses dados são figurados aqui como parte da totalidade dos dados quanto aos trabalhadores com deficiência. Explanado isso, decidiu-se adotar como recorte analisar as quatro deficiências com maior incidência no conjunto de dados da RAIS.

Tabela 2 - Trabalhadores com deficiência física, auditiva, visual e intelectual no mercado formal de trabalho brasileiro em 2020

Física	Branca	Negra	Amarela	Indígena	Não Identificado	Total
Masculino	75.548	77.972	1.268	348	21.663	176.799
Feminino	44.358	38.693	772	214	15.039	99.076
Auditiva	Branca	Negra	Amarela	Indígena	Não Identificado	Total
Masculino	31.712	26.330	454	126	6.840	65.462
Feminino	21.726	17.282	310	87	6.167	45.572
Visual	Branca	Negra	Amarela	Indígena	Não Identificado	Total
Masculino	28.062	28.645	403	123	8.652	65.885
Feminino	17.303	15.060	297	64	6.107	38.831
Intelectual	Branca	Negra	Amarela	Indígena	Não Identificado	Total
Masculino	20.064	15.657	229	52	2.957	38.959
Feminino	9.924	6.566	131	29	1.383	18.033

Fonte: PDET, 2021. RAIS 2020, organizado pelo autor.

Foram registrados 275.875 trabalhadores com deficiência física. Destes 176799 eram de homens (64,09%), 75.548 eram homens brancos (27,38%); 77.972 homens negros (28,26%); 1.268 homens amarelos (0,46%); 348 homens indígenas (0,13%) e 21.663 com raça ou cor não identificada (7,85%). E 99076 eram de mulheres (35,91%); 44.358 mulheres brancas (16,08%); 38.693 mulheres negras (14,03%); 772 mulheres amarelas (0,28%); 214 mulheres indígenas (0,08%) e 15.039 com raça ou cor não identificada (5,45%).

Na condição de pessoa com deficiência auditiva foram registrados 111.034 trabalhadores. Destes 65462 eram de homens (58,96%),

31.712 eram homens brancos (28,56%); 26.330 homens negros (23,71%); 454 homens amarelos (0,41%); 126 homens indígenas (0,11%) e 6.840 com raça ou cor não identificada (6,16%). E 45.572 eram de mulheres (41,04%); 21.726 mulheres brancas (19,57%); 17.282 mulheres negras (15,56%); 310 mulheres amarelas (0,28%); 87 mulheres indígenas (0,08%) e 6.167 com raça ou cor não identificada (5,55%).

A terceira deficiência que computou maior número de trabalhadores foi a visual com 104.716 no mercado formal de trabalho em 2020. Destes 65885 eram de homens (62,92%), 28.062 eram homens brancos (26,80%); 28.645 homens negros (27,35%); 403 homens amarelos (0,38%); 123 homens indígenas (0,12%) e 8.652 com raça ou cor não identificada (8,26%). E 38831 eram de mulheres (37,08%); 17.303 mulheres brancas (16,52%); 15.060 mulheres negras (14,38%); 297 mulheres amarelas (0,28%); 64 mulheres indígenas (0,06%) e 6.107 com raça ou cor não identificada (5,83%).

A deficiência intelectual registrou o menor número de trabalhadores no período. Destes 38.959 eram de homens (68,36%), 20.064 eram homens brancos (35,20%); 15.657 homens negros (27,47%); 229 homens amarelos (0,40%); 52 homens indígenas (0,09%) e 2.957 com raça ou cor não identificada (5,19%). E 18.033 eram de mulheres (31,64%); 9.924 mulheres brancas (17,41%); 6.566 mulheres negras (11,52%); 131 mulheres amarelas (0,23%); 29 mulheres indígenas (0,05%) e 1.383 com raça ou cor não identificada (2,43%).

Os dados apresentados por um indicador sociais são de suma importância para a criação de políticas públicas e compreendemos que cada conjunto de dados das mais variadas pesquisas que são conduzidas não tão somente no Brasil, mas como em todo o mundo, apresentam limitações. Por isso se faz necessária a investigação em diferentes frentes para que se possa ampliar o campo de análise.

Os dados da PNAD (IBGE, 2023), apontaram para a existência de 17,5 milhões de pessoas com deficiência em idade de trabalhar no ano de 2022, apesar desse grande número de pessoas em idade de entrar no mercado formal de trabalho, um pouco mais de 25% dos 65 milhões de movimentos de admissão e demissão no ano de 2020, foram computadas 625 mil

movimentações de trabalhadores com deficiência, o que equivale a menos de 1% do total de movimentos do período.

Compreende-se que apesar dos esforços governamentais e de outras entidades em pró das pessoas com deficiência, essa população não está significativamente representada no mercado formal de trabalho brasileiro. Porque a forma como as políticas sociais estão instaladas na sociedade brasileira, que é uma sociedade capitalista, não vai ao encontro de oportunizar desenvolvimento social, mas de perpetuar as contradições e o acúmulo crescente do sistema capitalista que produz desigualdades em pró de riqueza (PIANA, 2009).

A partir da análise da tabela 2, percebe-se a prevalência de trabalhadores com deficiência do sexo masculino. Tendo maior número de homens brancos com deficiência auditiva (28,56%) e deficiência intelectual (35,20%); ainda se tem a maioria de homens negros com deficiência física (28,26%) e deficiência visual (27,35%). Quanto as trabalhadoras, em todas as deficiências elas apareceram em menor número. A presença das mulheres negras é a menor dentre todas as deficiências. Destaca-se que a diferença percentual entre o número de homens brancos e de mulheres negras, ambos com deficiência intelectual, chega a 23,68%, o que indica que mulheres negras com deficiência estão em menor número no mercado de trabalho formal em relação a homens negros e brancos e mulheres brancas e, possivelmente tenha piores condições de vida que pessoas com marcas sociais diferentes das delas.

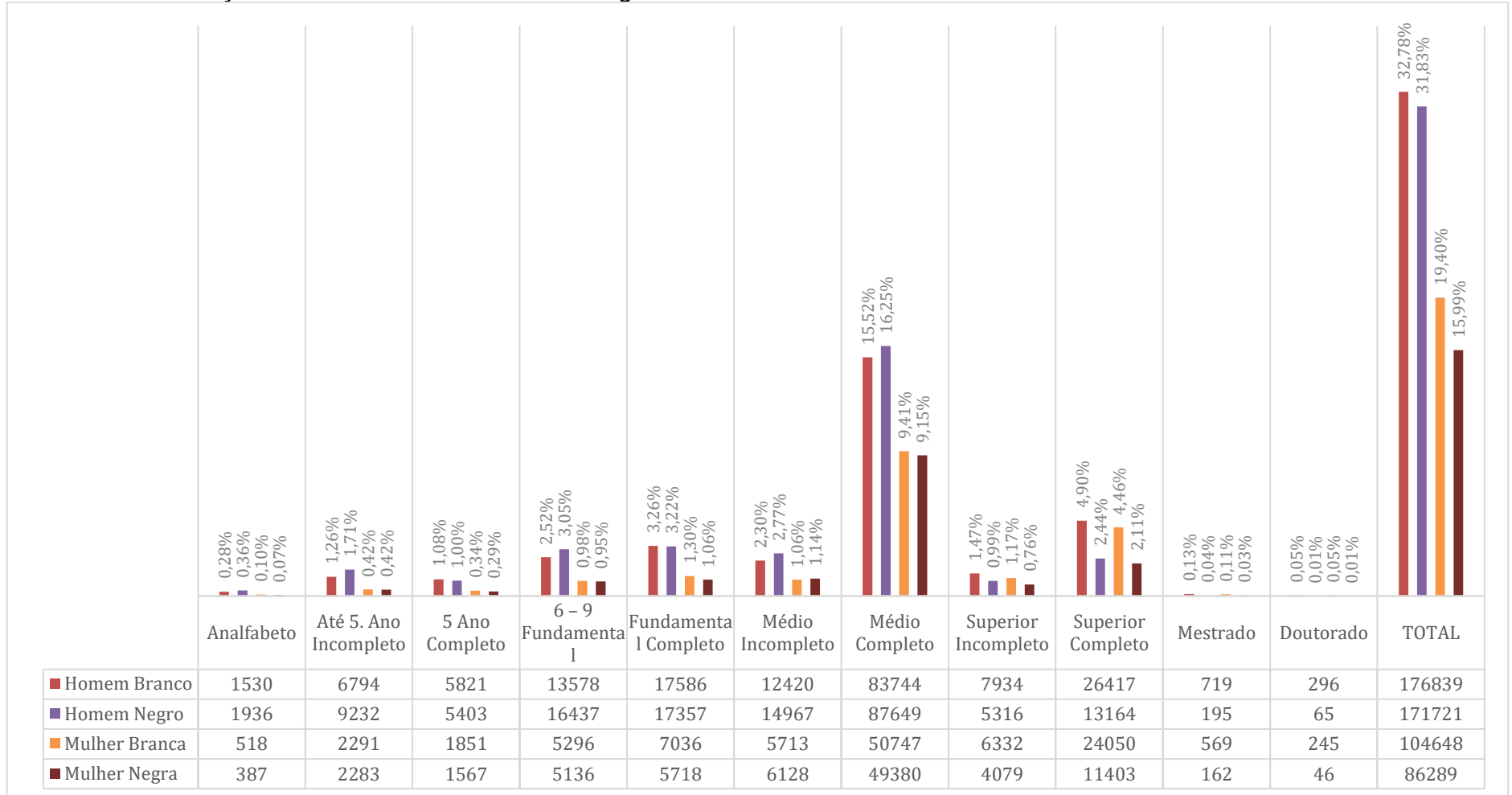
3.1.1 Grau de Instrução e rendimento

Compreendemos que o rendimento salarial de um indivíduo está fortemente relacionado com sua escolaridade, pois os trabalhadores que têm maiores grau de instrução têm mais oportunidades de galgar melhores ocupações no mercado de trabalho como um todo. Por isso, se faz necessário as análises, inicialmente, de gênero raça e grau de instrução, cotejando com os dados de grau de instrução e salário recebido.

A partir desse subtópico, realizamos o recorte de gênero e raça, no qual relacionamos essas duas variáveis e a transformamos em uma. Além

disso, analisamos as raças branca e negra por comporem os grupos com maior número de cidadãos brasileiros e ao mesmo tempo estampar as desigualdades da sociedade capitalista no Brasil.

Gráfico 3 - Grau de instrução de trabalhadores brancos e negros com deficiência no mercado formal de trabalho brasileiro em 2020



Fonte: PDET, 2021. RAIS 2020, organizado pelo autor.

Ao que se refere ao grau de instrução dos trabalhadores brancos e negros com deficiência, os dados apontam que para o período de 2020 as maiores taxas de analfabetismo estão entre os homens, 0,28% para os brancos (1.530) e para 0,36% para os negros (1.936); 0,10 para as mulheres brancas (518) e 0,07% para as mulheres negras (387). Com até o quinto ano incompleto 3,82% com maior número de homens, 1,26% brancos (6.794) e 1,71% negros (9.232); para 0,42% mulheres brancas (2.291) e 0,42% negras (2.283). Encontrou-se 2,71% de pessoas com até o quinto ano completo, 1,08% homens brancos (5.821), 1% homens negros (5.403); 0,34% mulheres brancas (1.851) e 0,29% mulheres negras (1.567).

Dos trabalhadores com deficiência que alcançaram grau de instrução máximo entre o sexto e o nono ano do ensino fundamental, registrou-se 7,50%, homens brancos 2,52% (13.578) e homens negros 3,05% (16.437); mulheres brancas 0,98% (5.296) e mulheres negras 0,95% (5.136). Foram computados 8,84% daqueles que concluíram o ensino fundamental, homens brancos 3,26% (17.586) e homens negros 3,22% (17.357); mulheres brancas 1,30% (7.036) e mulheres negras 1,06% (5.718).

Quanto ao ensino médio incompleto, computou-se 7,27%. Homens brancos 2,30% (12.420) e homens negros 2,77% (14.967); mulheres brancas 1,06% (5.713) e mulheres negras 1,14% (6.128). Dos trabalhadores com deficiência 50,33% concluíram o ensino médio: homens brancos 15,52% (83.744), homens negros 16,25% (87.649), mulheres brancas 9,41% (50.747) e mulheres negras 9,15% (49.380).

Referente ao ensino superior incompleto, 4,39% dos trabalhadores iniciaram seus estudos nesse grau. Homens brancos 1,47% (7.934) e homens negros 0,99% (5.316); mulheres brancas 1,17% (6.332) e mulheres negra 0,76% (4.079). Dos trabalhadores que concluíram o ensino superior, computam 13,91% do total; homens brancos 4,90% (26.417) e homens negros 2,44% (13.164); mulheres brancas 4,46% (24.050) e mulheres negras 2,11% (11.403).

São 0,30% dos trabalhadores com mestrado. Homens brancos 0,13% (719) e homens negros 0,04% (195); mulheres brancas 0,11% (569) e 0,03% mulheres negras (162). Dos que tem doutorado são um total de 0,12%.

Homens brancos 0,05% (296) e homens negros 0,01% (65); mulheres brancas 0,05% (245) e mulheres negras 0,01% (46).

Tabela 3 - Grau de instrução e número de salário mínimo de trabalhadores com deficiência no mercado formal de trabalho brasileiro em 2020¹²

		0 -1	1 -2	2 -5	5 -10	10 -20	20 -					
Analfabeto	974	0.20%	2673	0.54%	283	0.06%	9	0.00%	0	0.00%	0	0.00%
Até 5. Ano Incompleto	3155	0.63%	12255	2.47%	2791	0.56%	151	0.03%	11	0.00%	3	0.00%
5 Ano Completo	1680	0.34%	7700	1.55%	2861	0.58%	247	0.05%	21	0.00%	5	0.00%
6 – 9 Fundamental	6076	1.22%	22967	4.62%	6603	1.33%	378	0.08%	26	0.01%	1	0.00%
Fundamental Completo	6451	1.30%	25690	5.17%	9407	1.89%	903	0.18%	82	0.02%	12	0.00%
Médio Incompleto	7843	1.58%	22215	4.47%	5298	1.07%	444	0.09%	44	0.01%	6	0.00%
Médio Completo	35116	7.07%	144852	29.15%	63368	12.75%	7791	1.57%	936	0.19%	132	0.03%
Superior Incompleto	2380	0.48%	9517	1.92%	8567	1.72%	1421	0.29%	292	0.06%	30	0.01%
Superior Completo	3796	0.76%	16909	3.40%	30155	6.07%	13343	2.69%	5515	1.11%	1416	0.28%
Mestrado	88	0.02%	210	0.04%	425	0.09%	389	0.08%	300	0.06%	110	0.02%
Doutorado	23	0.00%	54	0.01%	150	0.03%	157	0.03%	165	0.03%	68	0.01%
Total	67582	13.60%	265042	53.33%	129908	26.14%	25233	5.08%	7392	1.49%	1783	0.36%

Fonte: PDET, 2021. RAIS 2020, organizado pelo autor.

¹² A variável Faixa de remuneração média apresenta 42.557 dados faltantes. Por isso há um menor número de trabalhadores nesse cruzamento de dados.

A partir da tabela 3 verificou-se que 13,60% dos trabalhadores com deficiência recebiam entre zero a um salário mínimo, o que equivale a 67.582 indivíduos. Deste total, 0,20% não possuíam instrução (974), 0,63% estudaram até o quinto ano (3.155), 0,34% completaram o quinto ano (1.680), 1,22% têm escolaridade máxima entre o sexto e o nono ano (6.076), 1,30% com fundamental completo (6.451), 1,58% com ensino médio incompleto (7.843), 7,07% com ensino médio completo (35.116), 0,48% com superior incompleto (2.380), 0,76 com superior completo (3.796), 0,02 com mestrado (88), 0,00% com doutorado (23).

Os dados de trabalhadores com deficiência que recebiam entre um a dois salários mínimos representam 53,33%, o equivalente a 265.042 pessoas.

Deste total, 0,54% não possuíam instrução (2673), 2,47% estudaram até o quinto ano (12.255), 1,55% completaram o quinto ano (7.700), 4,62% têm escolaridade máxima entre o sexto e o nono ano (22.967), 5,17% com fundamental completo (25.690), 4,47% com ensino médio incompleto (22.215), 29,15% com ensino médio completo (144.852), 1,92% com superior incompleto (9.517), 3,40% com superior completo (16.909), 0,04 com mestrado (210), 0,01% com doutorado (54).

Totalizou-se 26,14% de trabalhadores que receberam de dois a cinco salários mínimos (129.908). Deste montante, 0,06% não possuíam instrução (283), 0,56% estudaram até o quinto ano (2.791), 0,58% completaram o quinto ano (2.861), 1,33% têm escolaridade máxima entre o sexto e o nono ano (6.603), 1,89% com fundamental completo (9.407), 1,07% com ensino médio incompleto (5.298), 12,75% com ensino médio completo (63.368), 1,72% com superior incompleto (8.567), 6,07% com superior completo (30.155), 0,09 com mestrado (425), 0,03% com doutorado (150).

Quanto a salários elevados, 5,08% de trabalhadores que receberam de cinco a dez salários mínimos (25.233). Deste montante, 0,003% não possuíam instrução (9), 0,03% estudaram até o quinto ano (151), 0,05% completaram o quinto ano (247), 0,08% têm escolaridade máxima entre o sexto e o nono ano (378), 0,18% com fundamental completo (903), 0,09% com ensino médio incompleto (444), 1,57% com ensino médio completo (7.791), 0,29% com

superior incompleto (1.421), 2,69% com superior completo (13.343), 0,08 com mestrado (389), 0,03% com doutorado (157).

Ainda apresentando os salários mais elevados, 1,49% de trabalhadores que receberam de dez a vinte salários mínimos (7.392). Deste montante, 0,003% estudaram até o quinto ano (11), 0,008% completaram o quinto ano (21), 0,01% têm escolaridade máxima entre o sexto e o nono ano (26), 0,02% com fundamental completo (82), 0,01% com ensino médio incompleto (44), 0,19% com ensino médio completo (936), 0,06% com superior incompleto (292), 1,11% com superior completo (5.515), 0,06 com mestrado (300), 0,03% com doutorado (165).

Foram registrados 0,36% de trabalhadores que receberam mais de vinte salários mínimos (1783). Deste montante, 0,00% estudaram até o quinto ano (3), 0,00% completaram o quinto ano (5), 0,00% têm escolaridade máxima entre o sexto e o nono ano (1), 0,00% com fundamental completo (12), 0,00% com ensino médio incompleto (6), 0,03% com ensino médio completo (132), 0,01% com superior incompleto (30), 0,28% com superior completo (1416), 0,02 com mestrado (110), 0,01% com doutorado (68).

O gráfico 3 apresenta o grau de instrução dos trabalhadores brancos e negros no mercado formal de trabalho brasileiro. Nele, percebe-se que as mulheres eram 35,39% dos trabalhadores com deficiência em 2020 no mercado formal de trabalho, enquanto os homens com deficiência eram 64,61%, ou seja, o número de homens é praticamente o dobro do número de mulheres. Dessa forma, compreende-se que as mulheres entram no mercado de trabalho apenas dentro da hipótese do provedor econômico principal, o homem, não ser presente na família ou estar desempregado; sendo a força de trabalho dela utilizada como uma força de trabalho secundária a fim de complementar a o salário recebido pelo homem (ABRAMO, 2007, p.14). Esse padrão se repete em todas as etapas do ensino básico e superior.

Quanto a raça, os homens brancos são a maioria em todas as etapas de ensino (32,78%), salvo quanto aos homens sem instrução, com até o quinto ano incompleto e do sexto ao nono ano incompleto, onde a maioria é composta por homens negros. As mulheres brancas compõe 19,40% deste total e as mulheres negras 15,99%. Ainda quanto as mulheres negras, seus índices

são os menores seja qual for a etapa de ensino, salvo para as que não completaram o ensino médio.

Sabe-se que a presença das mulheres no mercado de trabalho aumentou significativamente nas últimas décadas, sendo elas em muitos lares brasileiros as responsáveis pela manutenção da família, apesar dos salários que tendem a ser precários, em alguns casos, por causa da escolaridade que é o suficiente para atender as necessidades do mercado e/ou pelo fato delas serem mulheres, sendo uma questão de discriminação vinda da marca social de gênero (o simples fato de ser mulher). Tal situação se agrava quando se analisa a situação escolar das mulheres negras, que além da marca de gênero, têm a marca social da raça, que as coloca em uma posição desfavorecida, ao acesso e permanência na escola e conseqüentemente desigualdade de gênero no campo profissional.

Segundo os dados de escolaridade contidos no gráfico 3, é identificado que 0,81% dos trabalhadores não têm instrução. Sabe-se que o analfabetismo é parte da vida de vários brasileiros, que já são estigmatizados por causa da deficiência. A marca do analfabetismo é uma marca social profunda no Brasil e que impacta grandemente a vida dos habitantes que a têm:

[...] Em relação ao analfabetismo e aos homens analfabetos e às mulheres analfabetas, representa apenas diferentes nomes de uma mesma manipulação ideológica que rotula, desacredita e estigmatiza as pessoas analfabetas, ao mesmo tempo em que cumpre a função de efetivar e legitimar a sua exclusão, seja do voto, seja do emprego, seja de qualquer outra forma de exercício da cidadania. Todos esses desconceitos estão longe de constituir meros equívocos ou mal-entendidos. Na realidade, eles representam construções ideológicas que concorrem, de maneira articulada, para identificação negativa, o desacreditamento, a estigmatização e a exclusão efetiva das pessoas analfabetas e, por fim, para a legitimação dessa exclusão (FERRARO, 2004, p. 123).

A falta de acesso a educação, e ou a falta da permanência nas instituições de ensino colaboram para a produção de pobreza estrutural (FERRARO, 2004). Essa pobreza é que desfavorece quem está às margens da sociedade; excluindo, incluindo e excluindo ciclicamente àqueles que não têm acesso às oportunidades e à cidadania como um todo.

A PNAD (IBGE, 2022) aponta que 19,5% das pessoas com deficiência entre 15 a 59 anos, não têm instrução. O número de pessoas

empregadas com deficiência no mercado formal (4.371), é irrisório frente aos 3.325.000 milhões de pessoas com deficiência, em idade de trabalhar, sem instrução de acordo com a PNAD 2022. Em outras palavras, a questão do analfabetismo fora do mercado formal sempre esteve explícita, sendo parte de medidas neoliberais implementadas por meio de ações governamentais, que não se concentra na preservação dos direitos da população, mas sim na proteção e garantia dos interesses da classe dominante.

As políticas de universalização do ensino para as pessoas com e sem deficiência são, neste processo, um meio de camuflar o ápice da precariedade e desigualdade, concebendo à população desfavorecida pouca instrução para trabalhar nas atividades braçais, refletindo na baixa remuneração. Os direitos estão garantidos apenas no texto, na realidade eles não se materializam, ou quando são ofertados são em situações precárias e com redução drástica de gastos (SANTOS, 2020, p. 78).

Os dados apresentam que grande parte dos trabalhadores com deficiência alcançaram o ensino médio completo (50,33%) como seu maior grau de instrução. Isso indica que essas pessoas estudaram o suficiente para atender as demandas do mercado de trabalho, que por sua vez, ofertará vagas precarizadas de emprego que pagaram baixos salários.

Sabe-se que no discurso cotidiano é veiculado que para trabalhar, ao menos para as classes subalternas, não é necessário conhecimentos intelectuais e criativos já que o trabalho das classes baixas é composto de ações mecânicas e repetitivas e, por isso comprovar a conclusão da educação básica ao finalizar o ensino médio é o suficiente (SANTOS, 2020, p. 79).

A exclusão da classe trabalhadora dos bancos universitário, faz com que ela não tenha poder de escolha quanto as mais variadas ocupações, de receber melhores salários e de ascensão econômica e social. Torna-se perceptível a lógica do capital ao cotejar os dados de grau de instrução e número de salários mínimos tabela 3.

Do total de pessoas brancas e negras com deficiência no mercado formal de trabalho, 144.852 têm o ensino médio completo, isso equivale a 29,15% do total desses trabalhadores. E de acordo com os dados da tabela 3. Eles recebiam entre um a dois salários mínimos e, o em salário mínimo em 2020

era de R\$ 1045,00 reais de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos DIEESE (2023).

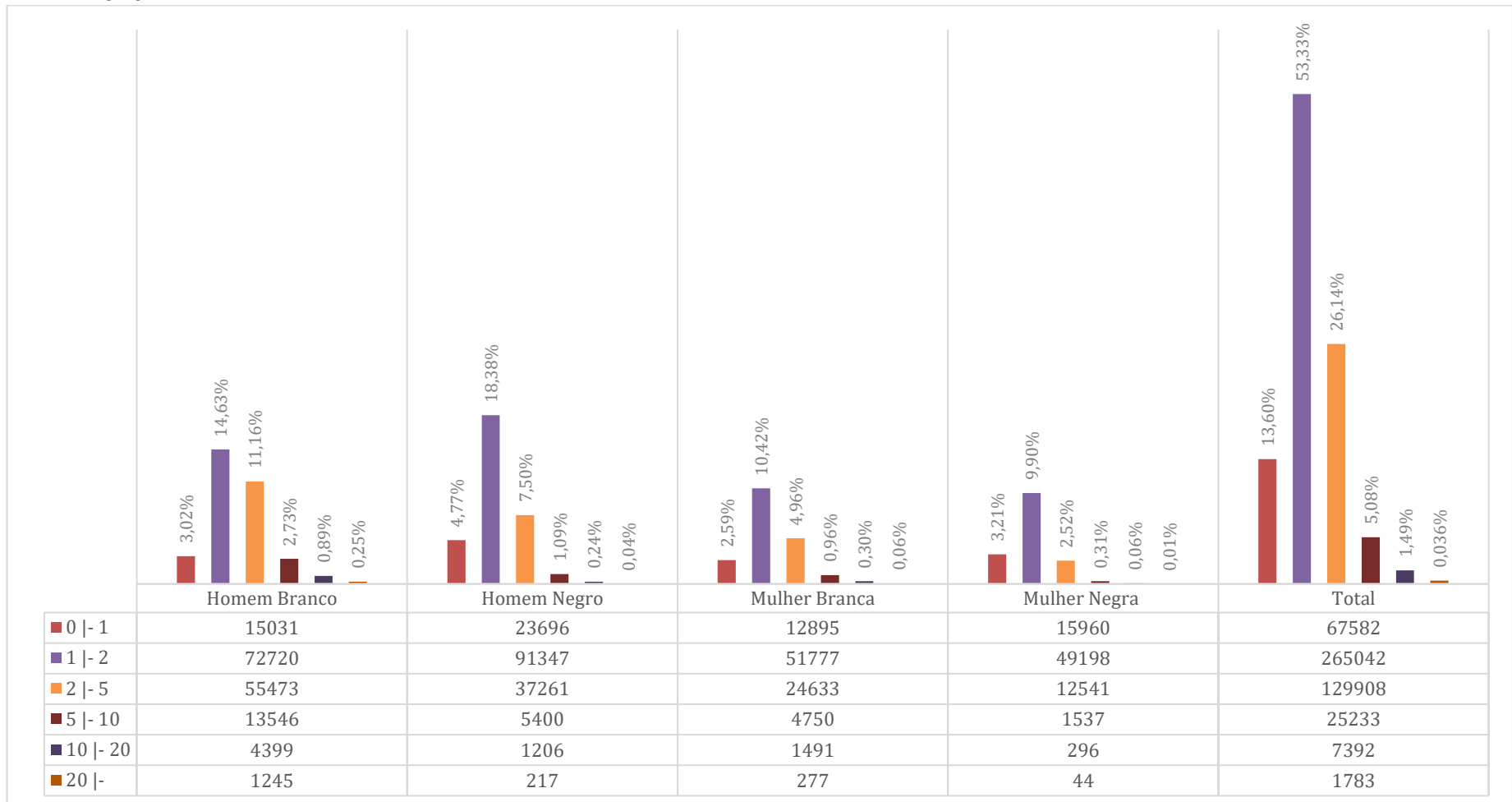
O salário mínimo é um preceito constitucional que foi implantando, por Getúlio Vargas, por meio do decreto de lei número 399 de abril de 1938 e permanece válido nos dias de hoje. Sendo o salário mínimo a remuneração mínima devida a todo trabalhador adulto, sem distinção de sexo e, capaz de satisfazer as suas necessidades normais, e de sua família, de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte (BRASIL, 1938). Considerando que a média do salário mínimo necessário para atender as necessidades do trabalhador no período de um mês em 2020 era de R\$ 4.717,49 reais (DIEESE, 2023). Sendo assim, os trabalhadores, mencionados anteriormente, que tem como grau máximo o ensino médio e se forem o único(a) provedor(a) de sua família, têm condições de vida precárias.

O salário mínimo necessário, em 2020, equivalia a 4,5 salários mínimos. Dessa forma, os trabalhadores com a possibilidade de receber esse montante, são os trabalhadores que recebem de quatro a cinco salários mínimos, 7138 (1,44%) das pessoas dentro da faixa salarial de dois a cinco salários mínimos (26,14%). E com certeza aqueles que estão dentro das faixas de salários mais altos, de cinco a dez salários mínimos, de dez a vinte e de mais de vinte, ou seja, 34.408 trabalhadores; 6,93% do total de 496.940 trabalhadores brancos e negros com deficiência.

Por meio da análise dos dados da tabela 3, pode-se afirmar que as pessoas com deficiência vivem condições precárias de vida, pois 66,93% da população analisada neste trabalho recebeu salários entre zero a dois salários mínimos.

Com o intuito de verificar se marcas sociais como gênero e raça impactam o valor dos salários de trabalhadores com deficiência, analisa-se abaixo o gráfico 4

Gráfico 4 - Rendimento em salário mínimo de trabalhadores brancos e negros com deficiência no mercado formal de trabalho brasileiro em 2020



Fonte: PDET, 2021. RAIS 2020, organizado pelo autor.

De acordo com o gráfico 4, 13,60% das pessoas brancas e negras com deficiência receberam menos de um salário mínimo. Desses 3,02% homens brancos (15.031), 4,77% homens negros (23.696), 2,59% mulheres brancas (12.895) e 3,21% mulheres negras (15.960). A maioria dos trabalhadores receberam entre um e dois salários mínimos 53,33%. Desses, 14,63% homens brancos (72.720), 18,38% homens negros (91.347), 10,42% mulheres brancas (51.777) e 9,90% mulheres negras (49.198).

Foram 26,14% pessoas que receberam entre dois e cinco salários mínimos, 11,16% homens brancos (55.473), 7,50% homens negros (37.261), 4,96% mulheres brancas (24.633) e 2,52% mulheres negras (12.541). De cinco a dez salários mínimos foram 5,08%, desses 2,73% homens brancos (13.546), 1,09% homens negros (5.400), 0,96% mulheres brancas (4.750), 0,31% mulheres negra (1.537).

Quanto aos salários mais altos, 1,49% dos trabalhadores recebiam entre 10 a 20 mínimos. Homens brancos 0,89% (4.399), homens negros 0,24% (1.206), mulheres brancas 0,30% (1.491) e mulheres negras 0,06% (296). Foram 0,36% dos trabalhadores que receberam mais de vinte salários mínimos. Homens brancos 0,25% (1.245), homens negros 0,04% (217), mulheres brancas 0,06% (277) e mulheres negras 0,01% (44).

Durante as análises apresentadas nesse trabalho, verificou-se que as mulheres estão em menor número no mercado formal de trabalho e, isso se deve à discriminação enfrentada no mercado de trabalho, pelo fato de serem as responsáveis pela reprodução humana, o que algumas empresas enxergam como baixa na produção de lucro. Em outras palavras, a desigualdade laboral tem sua origem no processo de formação da própria família, onde os homens têm o trabalho de produção e as mulheres o trabalho de reprodução. Tal lógica extravasou a esfera privada, alcançando o espaço público e enfim o mundo do trabalho, onde essa lógica se perpetua, refletindo diretamente nos salários das mulheres (SANTOS; SOUZA, 2015).

Na faixa salarial de zero a um salário mínimo as mulheres negras (15.960) estão em maior número em relação os homens brancos (15.031) e as mulheres brancas (12.895), perdendo apenas para os homens negros (23.696). Por isso, compreende-se que pessoas negras estão em maior desvantagem por receberem os menores salários. Na faixa de um a dois salários mínimos as

peças negras continuam em desvantagem pois continuam como maioria também nessa faixa salarial.

Não é por acaso que os índices salariais dessa população são os menores. Esse é um problema histórico que nasceu com a colonização do Brasil que se consolidou como um país desigual, meritocrático e racista. O preconceito e a discriminação contra a população negra se deram pela retirada da personalidade humana dessas pessoas, que foram forçadas ao trabalho, que na época do Brasil colônia era reservado aos indignos da sociedade (LOBO, 2008, p.179).

Após a abolição da escravidão, seus estigmas permanecem juntos aos negros e ecoam nas vidas dessas pessoas nos dias de hoje. Santos (2020), alerta sobre a percepção da sociedade brasileira quanto a escravidão:

Algo que chama a atenção em uma discussão sobre raça e desigualdades no Brasil é o fato da sociedade, em sua superestrutura, conceber uma concepção equivocada da escravidão. Várias pessoas incorporam um discurso de que ela acabou e que as pessoas negras não ocuparam espaços de privilégio por falta de merecimento e esforço (SANTOS, 2020, p.111).

E no século XXI o trabalho que tem condições precárias de execução e rendimento continua reservado aos com menor escolaridade, aos negros, aos deficientes, aos indignos de participar do centro da sociedade capitalista. Porque essas pessoas fogem do padrão fogem ao padrão neoliberal de ser humano (AMARAL, 1995).

Aos que ao menos atendem o padrão de ser branco, a essas pessoas existe a possibilidade de melhores condições de vida como se verifica no gráfico 4, em que se observa que os salários de dois a cinco salários mínimos está majoritariamente com as pessoas brancas, principalmente com os homens brancos 55.473, enquanto as mulheres negras com esse mesmo rendimento são 12.541, ou seja, existe uma diferença de 342,52% no número de homens brancos com deficiência e de mulheres negras com deficiência. Isso indica que independente da deficiência, os homens brancos estão em vantagem numérica no mercado formal de trabalho, não só nesse mercado de trabalho, mas na educação, nas condições de vida e em suas outras esferas, pois o mundo é

estruturado para atender a essas pessoas (gráfico 4). Conforme as faixas salariais sobem, as pessoas negras são minoria, sendo que as mulheres negras apresentam os menores índices.

Salienta-se que nas faixas salariais mais baixas, brancos e negros compartilham a mesma situação precária, independente da deficiência. Pois 66,93% dessa população tem situação precária recebendo de entre zero a dois salários mínimos. Todavia, a situação para a população negra é mais agravada visto que compõe 55% das pessoas que recebem de zero a dois salários mínimos.

3.1.2 Posto de trabalho ocupado por pessoas com deficiência

Durante esse trabalho, procurou-se saber quais eram as profissões nas quais as pessoas com deficiência estavam inseridas. Para isso, utilizou-se a variável CBO 2002 (Catálogo Brasileiro de Ocupações), que contém o registros de todas as ocupações reconhecidas em território brasileiro. Delas, foram separadas as cinquenta ocupações com mais pessoas com deficiência no ano de 2020 (Apêndice 1).

Percebeu-se que das 50 ocupações, apenas 5 exigem diploma de nível técnico ou superior (técnico em enfermagem, analista de desenvolvimento de sistemas, enfermeiro, professor da educação de jovens e adultos, administrador). Observa-se que as pessoas com deficiência física são a maioria em grande parte das profissões, seguidas pelas pessoas com deficiência auditiva, visual e intelectual.

A partir da lista de 50 ocupações, decidiu-se analisar apenas as 5 primeiras profissões com mais pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho com a intenção de verificar as médias dos salários nominais das pessoas com e sem deficiência (tabela 4), e as médias dos salários nominais das pessoas com deficiência considerando suas marcas sociais de gênero e raça (tabela 5).

Tabela 4 - Média salarial das 5 ocupações com mais trabalhadores com deficiência comparada com a média dos trabalhadores sem deficiência

	Média do Salário nominal em Reais	
	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência
Auxiliar de Escritório	1598,69	1613,43
Assistente Administrativo	2169,95	2226,25
Faxineiro	1212,07	1186,67
Alimentador de Linha de Produção	1624,63	1714,15
Repositor de Mercadorias	1332,09	1312,42

Fonte: PDET, 2021. RAIS 2020, organizado pelo autor.

A média salarial para pessoas com deficiência que ocupam o cargo de auxiliar de escritório foi de 1.598,69 reais, em comparação com a média de R\$1.613,43 reais para seus pares sem deficiência no mesmo cargo. Isso representa uma diferença percentual de 0,92% entre esses dois grupos de trabalhadores.

Quanto aos ocupados como assistente administrativo, a média salarial das pessoas com deficiência foi de R\$2169,95 reais e das pessoas sem deficiência foi R\$2226,25. O que representou diferença percentual de 2,6% entre essas pessoas.

As pessoas com deficiência empregadas como faxineiro receberam em média R\$1212,07 reais e as pessoas sem deficiência receberam R\$1186,67, sendo a diferença de 2,1%.

Os trabalhadores com deficiência que atuaram como alimentador de linha de produção receberam em média R\$1624,63 reais e os sem deficiência R\$1714,15. A diferença entre as médias salariais foram de 5,5%.

E a média salarial das pessoas com deficiência que trabalharam como repositor de mercadorias foi de R\$1332,09 reais e 1312,42 reais e, a diferença salarial entre os dos grupos de trabalhadores foi de 1,5%.

Tabela 5 -Média salarial das 5 ocupações com mais trabalhadores com deficiência comparando gênero e raça

	Homem Branco	Mulher Branca	Homem Negro	Mulher Negra
Auxiliar de Escritório	1872,40	1597,41	1598,08	1381,41
Assistente Administrativo	2601,48	2216,90	2170,75	1881,07
Faxineiro	1327,80	1191,50	1189,96	1125,27
Alimentador de Linha de Produção	1983,77	1495,01	1675,12	1389,77
Repositor de Mercadorias	1384,25	1333,49	1298,78	1222,66

Fonte: PDET, 2021. RAIS 2020, organizado pelo autor.

As médias salariais, apresentadas na tabela 5, de trabalhadores brancos e negros com deficiência, que trabalharam em 2020 como auxiliar de escritório, foram as seguintes: R\$1872,40 para homens brancos, R\$1597,41 para mulheres brancas, R\$1598,08 para homens negros e R\$1381,41 para mulheres negras. A diferença percentual entre o salário do homem branco em relação da mulher branca foi de 17,2%. Entre os homens brancos e negros é de 14,6%. Entre os homens brancos e as mulheres negras foi de 35,5%.

Quanto às pessoas que trabalharam como assistente administrativo, os dados apontaram as seguintes médias: R\$2601,48 para homens brancos, R\$2216,90 para mulheres brancas, R\$2170,75 para homens negros e R\$1881,07 para mulheres negras. A diferença percentual entre o salário do homem branco em relação da mulher branca foi de 17,3%. Entre os homens brancos e negros é de 19,8%. Entre os homens brancos e as mulheres negras foi de 38,4%.

Para as pessoas que trabalharam como faxineiros, as médias foram: R\$1327,80 para homens brancos, R\$1191,50 para mulheres brancas, R\$1189,96 para homens negros e R\$1125,27 para mulheres negras. A diferença percentual entre o salário do homem branco em relação da mulher branca foi de 11,4%. Entre os homens brancos e negros é de 11,6%. Entre os homens brancos e as mulheres negras foi de 18%.

As pessoas ocupadas como alimentador de linha de produção, receberam em média: R\$1983,77 para homens brancos, R\$1495,01 para mulheres brancas, R\$1675,12 para homens negros e R\$1389,77 para mulheres negras. A diferença percentual entre o salário do homem branco em relação da

mulher branca foi de 32,6%. Entre os homens brancos e negros é de 18,4%. Entre os homens brancos e as mulheres negras foi de 42,8%.

Os repositores de mercadorias, em média receberam: R\$1384,25 para homens brancos, R\$1333,49 para mulheres brancas, R\$1298,78 para homens negros e R\$1222,66 para mulheres negras.

A diferença percentual entre o salário do homem branco em relação da mulher branca foi de 3,8%. Entre os homens brancos e negros é de 6,58%. Entre os homens brancos e as mulheres negras foi de 13,17%.

Observa-se que as médias entre os salários de pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência apresentam baixa variação. Isso indica que a deficiência não é um fator que influencia os salários dessas pessoas. Todavia, os baixos salários indicam a lógica de uma sociedade meritocrática que usa medidas injustas para valorar a força de trabalho dos indivíduos.

No entanto, apesar das condições salariais descritas anteriormente serem precárias, essa situação se agrava para pessoas que carregam marcas sociais que divergem do padrão. Em outras palavras, marcas de raça e gênero.

Ao analisar a tabela 5, é evidente que em todas as ocupações a média salarial dos homens brancos é a maior. Que a média das mulheres brancas foi maior que a média dos homens negros em três profissões: assistente administrativo (2,12%), faxineiro (0,13%), repositor de mercadorias (2,66%); as outras duas ocupações em que a média salarial do homem negro ficou acima da média da mulher branca foram: auxiliar de escritório (0,042%) e, alimentador de linha de produção (12,04%).

Delineia-se uma questão de gênero, que conhecemos quanto as mulheres ganharem menos que os homens, porém temos uma questão de raça que fica clara ao se contrapor as médias salariais das mulheres negras com a dos homens brancos. As mulheres negras recebem salários menores do que qualquer pessoa que compartilhe uma de suas marcas, seja a de gênero ou a de raça e, ainda ganha abaixo da média salarial da ocupação que desempenha, seja entre as pessoas com ou sem deficiência. Perante isso, entende-se que a condição de trabalho não se torna mais precária porque a pessoa é deficiente, ela se deteriora pela união de outras marcas sociais, ser mulher e negra.

A sociedade brasileira tem em sua gênese o racismo, o sexismo, a meritocracia, que ainda no século XXI são veiculadas hora velados, hora naturalizados por meio da lógica do capital, que divide a sociedade entre dominantes e dominados, onde se produz um exército proletariado disposto a trabalhar em condições precárias, em nome de uma sobrevivência que não se entrelace com a criminalidade.

Os indicadores, quanto ao grau de instrução, apontaram que 50,33% das 539.497 pessoas brancas e negras com deficiência no mercado formal de trabalho brasileiro tinham como grau máximo o ensino médio completo. Desses trabalhadores (179.968) receberam de zero a dois salários mínimos durante o período analisado. Em outras palavras, essas pessoas não recebiam o suficiente para suprir suas necessidades e de suas famílias (quando aplicável).

É necessário pontuar que o pequeno número de pessoas que recebiam de dez a vinte salários mínimos era de 7.392, o que equivale a 1,49% dos trabalhadores (tabela 3), e aqueles que receberam mais de 20 salários computam menos de 0,36% do grupo analisado (1.783). Tal dado demonstra que independente da deficiência, a desigualdade na sociedade brasileira é ostensiva (SANTOS, 2020).

Assumindo que na sociedade capitalista existe um grupo padrão de pessoas que estão em melhores condições, independente da classe social ou da precariedade de suas ocupações, os homens brancos sempre estão em vantagem. Ao analisar os dados de pessoas com deficiência dessa pesquisa e os que serão comentados a seguir, verifica-se que antes da deficiência outras marcas sociais determinam o acesso e a permanência que uma pessoa tem à educação e conseqüentemente ao trabalho. Essas marcas são o gênero feminino e a raça/cor negra. Em outras palavras, homens negros, mulheres brancas e mulheres negras têm maiores chances de sofrerem discriminação e preconceito pelo fato de não serem homens brancos (SOARES, 2000).

A mulher negra é elencada por último na lista de Soares (2000) e também nesse trabalho por ser quem tem as condições educacionais e laborais mais precárias, que advêm do duplo fenômeno do racismo que se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira e; em associação com

o sexismo que produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular (GONZALEZ, 2020).

O lugar do negro dentro da sociedade brasileira é o local da naturalidade do racismo, onde como malandro, irresponsável, ladrão e que tem que ser preso. E se a pessoa negra for uma mulher, o natural a se esperar dela é que seja faxineira, servente entre outras ocupações subalternas e que por serem negras merecem condições de precárias. Em outras palavras, a escravidão para o povo negro, apenas se mudou os nomes das ocupações com precariedades semelhantes de mucama para doméstica.

E quando as pessoas negras conseguem ascender economicamente e socialmente o discurso raso que se escuta é o de que venceram porque se esforçaram como qualquer outra pessoa (branca), seguido da anulação das características negras, em uma tentativa de embranquecer o negro bem-sucedido (GONZALEZ, 2020). Este tipo de discurso faz lembrar os que caracterizam as pessoas com deficiência como exemplo de superação a ser seguido por aqueles que são “normais”. Uma artimanha bem estruturada, que internaliza a meritocracia no dominado, instigando-o a ser “digno” de uma vida melhor, porém a contradição é que as dificuldades que a maioria dos brasileiros, em especial as mulheres negras, enfrentam em todas as esferas de sua vida são arquitetadas pela própria sociedade, que raramente permite que essas pessoas se rebelem e se desenvolvam dentro da sociedade do capital.

Resgatando o grau de instrução de pessoas com deficiência (gráfico 3), com ensino médio completo, tinha-se mais homens negros (87.649) do que homens brancos, uma diferença de 4,66%. Quando se observa os índices para esses dois grupos com ensino superior completo, nota-se que há mais homens brancos (26.471) do que homens negros, uma diferença de 101,09%.

Ao comparar o salário mínimo de homens brancos com ensino médio completo e que receberam de zero a dois salários mínimos (Apêndice 2), têm-se 44.344 trabalhadores; na mesma situação se tem 59.788 trabalhadores negros. Ainda quanto a esse grupo de homens, ao mudar para faixa salarial de dois a cinco salários mínimos, existem 27870 brancos e 19737 negros. E, se esses homens tiverem o ensino superior completo e receberam de dois a cinco salários mínimos, haverá uma diferença de 76,41% entre homens brancos (9.710) e homens negros (5.503). Quando se trata de salários e escolaridade

menores, os homens negros estão em maioria e o quando se trata de salários e escolaridade maiores, esses índices são do homem branco. Tais dados significam que homens brancos têm maior acesso às etapas educacionais mais elevadas e conseqüentemente a melhores remunerações.

Quando se trata da mulher branca, ela tende a ter maior escolaridade que os homens brancos, principalmente as mulheres sem deficiência. Todavia, elas também tendem a receber menos que eles. No apêndice 2, observa-se que as na faixa salarial de dois a cinco salários mínimos há um pouco mais de mulheres brancas com ensino superior completo (10.291), enquanto há 9.710 homens brancos. Porém, ao se observar a faixa salarial de cinco a dez salários mínimos há 6.177 homens brancos e 3.712 mulheres brancas, uma diferença percentual de 66,38%. Ainda, se comparamos o número de homens negros e homens brancos com ensino superior nessa faixa salarial (2.271), a diferença é de 171,86% e entre homens negros e mulheres brancas de 63,34%. Em outras palavras, fica claro que a questão de escolaridade e empregabilidade, seu acesso e permanência a altos salários e grau de instrução são questões raciais e não de deficiência isoladamente. Porque dificuldades que as pessoas negras enfrentam por causa de sua raça são sociais, culturais e históricas.

A mulher branca está em uma situação singular em que ela possivelmente sofra discriminação em seu ambiente de trabalho por ter remuneração menor do que do homem branco apesar de em alguns casos apresentar maior escolaridade que ele, ao passo que ela recebe mais que homens negros por ter maior escolaridade e apesar de não serem o padrão da sociedade, ainda são brancas. Porém, quando se ultrapassa as faixas de salário mínimo e se observa o salário nominal, o da mulher branca será menor que o do homem branco e, a depender da ocupação até menor do que o salário do homem negro. Isso porque apesar de serem brancas, elas não são parte do padrão ideal da sociedade capitalista, pois seu gênero continua sendo o feminino.

Grande parte das mulheres brancas (36.021) têm o ensino médio completo, e foram remuneradas entre zero a dois salários, o que equivale a 37,60% dessas mulheres. Enquanto as mulheres negras são 39.815, o equivalente a 50,04% do total de negras no cruzamento de escolaridade e faixa salarial. O que fica evidente que essas mulheres foram para o mercado formal

de trabalho em clara desvantagem ao comparar seus índices com as mulheres brancas e os homens negros. Todavia, é escancarada a desigualdade de acesso e permanência à escola e ao trabalho quando se compara os índices do homem branco.

A diferença entre os índices de mulheres negras com ensino superior completo que são remuneradas na faixa salarial de dois a cinco salários mínimos (4.651), é 108,83% em comparação com os homens brancos (9.710) nas mesmas condições. Quando se observa a faixa salarial de cinco a dez salários mínimos, o índice se torna estarrecedor, apresentando uma diferença de 422,47% entre mulheres negras (1.183) e homens brancos (6.177).

A situação da mulher negra na sociedade do capital não é uma coincidência de circunstâncias fortuitas que revelam a mulher negra em uma situação extremamente precária. E independente da deficiência, do grau de instrução, seja o salário mínimo ou nominal, as mulheres negras estão em desvantagem em relação aos homens brancos, homens negros e mulheres brancas.

No início dos anos 1980, a situação da mulher negra no mercado de trabalho não difere de sua situação em 2020, como se pode verificar no texto 'E a trabalhadora negra, cumé que fica?' de Lélia Gonzalez publicado em 1982:

[...] a gente constata que, em virtude dos mecanismos da discriminação racial, a trabalhadora negra trabalha mais e ganha menos que a trabalhadora branca, que, por sua vez, também é discriminada enquanto mulher. Vimos que 87% das trabalhadoras negras exercem ocupações manuais, justamente nos setores ou subsetores de menor prestígio e pior remuneração; e que 60% dessas trabalhadoras não têm carteira assinada. Por essas e outras é que mulher negra permanece como o setor mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, uma vez que sofre uma tríplice discriminação (social, racial e sexual) (GOZALEZ, 2020, p. 199. Recurso digital).

A forma com que as pessoas negras, as mulheres negras são tratadas é parte da estrutura da sociedade, que permeia todas as suas esferas com preconceito, discriminação e violência (seja factível ou simbólica), ou seja,

o que nós sofremos é naturalizado e de vez em quando, se aplicável, vendida como um exemplo de superação em algum programa de televisão dominical.

A intersecção entre raça, sexo, escolaridade interferem na inserção e permanência de pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho inicialmente a partir da escolaridade. Porque a educação de pessoas com deficiência, (ou a educação especial, como é comumente referenciada no Brasil), é permeada pela filantropia e assistencialismo, isso significa que pessoas com deficiência tendem a frequentar instituições filantrópicas que preparam seus alunos, por assim afirmar, para desenvolver habilidades para a vida social cotidiana. Esses tipos de habilidades são importantes para o desenvolvimento de um indivíduo, porém não são formativos, ou seja, não concedem e negam o direito a educação às pessoas com deficiência. Isso acarreta em alto índices de analfabetismo entre as pessoas com deficiência, conseqüentemente, se conseguirem entrar no mercado de trabalho, incide em posições de trabalho precárias ou fazer parte dos 12,4 milhões de pessoas fora da força de trabalho (IBGE, 2023).

Sobre o gênero, a presença de mulheres com deficiência na educação básica é de 131.318 e a de homens com deficiência é de 270.142 estudantes, uma diferença de 105,75%. Isso indica que as mulheres antes de chegarem ao mercado formal de trabalho precisam enfrentar barreiras patriarcais e de discriminação de gênero, as quais predileta o homem como aquele a se tornar provedor do lar e por isso com maior acesso à educação básica, que se reflete na educação superior com maior número de homens, que faz com que se tenha mais homens com maiores salários no mercado formal de trabalho.

A terceira parte da intersecção, a raça que no Brasil é acompanhada do discurso de que a escravidão acabou a partir de sua abolição e, do mito da democracia racial, de um país que raças vivem em harmonia, mas que na verdade existiu um projeto que visava embranquecer o país em poucas gerações por meio da importação do é o padrão – o europeu. O que dá continuidade a precarização que os negros sofreram por séculos de escravidão travestido em “liberdade”, acompanhada das piores alcunhas possíveis de se receber dentro de uma sociedade, que espera ansiosa, com as portas da penitenciária abertas, pela falha de uma pessoa negra. A carga de discriminação

e preconceito sobre as pessoas negras continua pesada, ainda em meados da terceira década do século XXI. O mercado formal de trabalho comportou mais trabalhadores brancos no ano de 2020 (gráfico 1) e, que receberam maiores salários (gráfico 4). Em outras palavras, melhores oportunidades de ascensão econômica e social.

Compreendemos que na sociedade brasileira, a inserção no mercado formal de trabalho para as pessoas com deficiência é mais difícil e permeada de precariedades se a pessoa tiver em si uma das marcas sociais de negro ou de ser mulher. E, se a pessoa for uma mulher e negra, a precariedade estará presente em diversas esferas de sua vida.

A combinação do gênero e da raça que mais diverge do padrão da sociedade capitalista está na pessoa da mulher negra. Sendo esses elementos decisivos para a inserção de uma pessoa no mercado formal de trabalho. E, outras marcas sociais como a classe social e a deficiência têm seu peso na vida dos indivíduos, porém sua relevância em tornar a vida do sujeito mais ou menos precária, não se equipara ao gênero e a raça.

Percebe-se isso ao cotejar os dados dessa pesquisa com informações dos Censos Demográficos de 2010 e 2022, nesses dois indicadores, como também na PNAD 2022 (IBGE. 2023), é apontado que há no Brasil mais mulheres do que homens, e que a maioria das mulheres são negras, ou seja, existem mais mulheres negras com deficiência, que claramente não estão figuradas nos dados do mercado formal de trabalho por causa dos motivos supracitados que geram o ciclo de baixa escolarização e trabalho precário, que impedem o acesso dessas mulheres a melhores condições de vida. Nesse sentido, a deficiência se torna um amplificador da discriminação e do preconceito, socialmente, culturalmente criados e atrelados as marcas sociais do gênero feminino e da raça negra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo analisar de que modo a intersecção entre raça, sexo, escolaridade interfere na inserção e permanência de pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho. Para atingir esse objetivo se analisou o grau de instrução das pessoas com deficiência inseridas no mercado de trabalho formal considerando gênero raça/cor. A condição laboral desses trabalhadores foi analisada por meio do salário mínimo e a média do salário nominal de pessoas com e sem deficiência. Além disso, comparou-se as médias dos salários nominais das pessoas com deficiência nas cinco ocupações com mais pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho brasileiro em 2020, quais sejam auxiliar de escritório, assistente administrativo, faxineiro, alimentador de linha de produção e repositor de mercadorias.

Apesar da implementação de leis de acesso à educação e ao trabalho e de pressões econômicas para que tais leis sejam cumpridas, é possível verificar por meio dos dados da Relação Anual de Informações Sociais de 2020 que as pessoas com deficiência que passaram pelo mercado formal de trabalho brasileiro no ano de 2020 em grande número não tinham sua formação completa para o trabalho que pudesse lhes proporcionar melhores condições de trabalho. Visto que a maior parte dessas pessoas tem até o ensino médio completo, que não é uma etapa escolar que prepara para o trabalho, porém é a qualificação mínima que o mercado de trabalho exige do trabalhador (com a intenção de intensificar a exploração do trabalho justificada pela baixa qualificação do empregado, uma grande contradição). Desta forma, evidencia-se que as pessoas com deficiência estão distantes das condições de igualdade promulgadas na LBI e ainda mais longe de alcançar condições de equidade.

A lógica do capital é formulada para que trabalhador que deixa seu posto de trabalho precário, independente de qual for o motivo, seja prontamente substituído por outro, mesmo que em condições ainda mais precárias. E isso não é uma condição exclusiva de pessoas com deficiência, mas de toda uma sociedade que compactua com o ciclo de exclusão e reinclusão que mantém o sistema capitalista vivo (MARTINS, 2002).

O fato de homem branco ter o gênero e a cor padrão da sociedade capitalista faz com que ele culturalmente tenha melhores condições de trabalho e de vida do que outras pessoas que desempenham exatamente a mesma função que ele.

A mulher negra representa a intersecção de gênero e raça que mais se distancia do ideal estabelecido pela sociedade capitalista. Esses fatores são determinantes para a participação, ou exclusão delas no mercado de trabalho formal. Embora a classe social e a deficiência também influenciem a vida das pessoas, sua importância em determinar a precariedade da vida de um indivíduo não se compara à influência do gênero e da raça.

A deficiência potencializa as condições precárias de acesso e permanência da mulher negra em qualquer espaço social, em especial o espaço laboral. Esta realidade foi evidenciada ao comparar os dados desta pesquisa com os Censos Demográficos de 2010 e 2022, assim como a PNAD de 2022 (IBGE, 2023), que indicam a predominância de mulheres, especialmente negras, no Brasil. Esses dados revelam que as mulheres negras com deficiência estão em menor número nas estatísticas do mercado formal de trabalho devido a fatores como a baixa escolaridade, o que perpetua condições de vida desfavoráveis para elas.

É necessário refletir sobre as questões de gênero, raciais, das necessidades das pessoas com deficiência de maneira conjunta com a finalidade de debater, encontrar soluções plausíveis e caminhar em direção à superação das desigualdades, em especial as raciais e de gênero que colaboram para que milhares de pessoas permaneçam às margens da sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Lais Wendel. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?**. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/T.8.2007.tde-23102007-141151. Acesso em: 2024-01-10.

ALURA. **Pandas Python: o que é, para que serve e como instalar**. Acesso em 07 jul 2023. Disponível em: https://www.alura.com.br/artigos/pandas-o-que-e-para-que-serve-como-instalar?gclid=Cj0KCQjwzdOIBhCNARIsAPMwjbxHzHFjvBRpE_iKRisP1wIIngUifYeUYc45Dh8WuOfUiatAHDIYrNIaApRKEALw_wcB

AMARAL, Lígia Assumpção. **Conhecendo a deficiência**: em companhia de Hércules. São Paulo: Robe Editorial, 1995.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

Brasil. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 out. 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm . Acesso em: 15 jul 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/598834/Eca_normas_correlatas.pdf . 15 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 15 jul 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Dispõe sobre a promoção da acessibilidade, institui a acessibilidade nos sítios da internet, disciplina a atuação do Ministério Público, define as responsabilidades das empresas concessionárias de serviços públicos, dos órgãos e entidades da administração pública, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm . Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei n. 399**, de 30 de abril de 1938. Disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=227039 Acesso em 15 nov. 2023.

CABRAL, Vinícius Neves de. **A marxist approach to disability**: notes on Marx's relative surplus population. Disponível em: <http://www.jceps.com/archives/12801> Acesso em: 22 out 2022.

CHAUÍ, Marilena. **Sobre a violência**. 1. ed. (Escritos de Marilena Chaui ; v. 5). Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2016.

CORDE. **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência** comentada / Coordenação de Ana Paula Crosara de Resende e Flavia Maria de Paiva Vital . _ Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

DIEESE. **Pesquisa nacional da cesta básica de alimentos**. 2023 Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2020> Acesso em: 15 nov. 2023.

FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo no Brasil: desconceitos e políticas de exclusão. **Perspectiva**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 111–126, 2004. DOI: 10.5007/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10086>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? Trabalho, Educação e Saúde, local, v.1, n.1, p. 45-60, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/JSYmSMnc7TKKrxWjm3xHLGd/?lang=pt#:~:text=A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20cidad%C3%A3o%20produtivo,constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20projetos%20sociais%20alternativos>.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Interações voltadas à cidadania e à filantropia na escolarização de sujeitos que apresentam sequelas motoras**. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

GERMANO, Jéssica. **Trajetória de alunos com deficiência intelectual do município de Londrina como expressão ddas políticas de educação especial (2007 -2015)** – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

GONÇALVES, T.G.G.L. Escolarização de alunos com deficiência na educação de jovens e adultos: uma análise dos indicadores educacionais brasileiros. 75 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Londrina - UEL. Londrina – PR, 2012.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. Tradução Adaiel Sobral; Maria Stela Gonçalves. 5º ed. São Paulo : Loyola, 2005.

IBGE. **Pessoas com deficiência e as desigualdades sociais no Brasil**. 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101964_informativo.pdf Acesso em out. 2022.

IBGE. Pessoas com deficiência 2022 – PNAD contínua. 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/0a9afaed04d79830f73a16136dba23b9.pdf Acesso em: 07 jul. 2023.

IBGE. **SIDRA** – Censo demográfico 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/amostra-caracteristicas-gerais-da-populacao-religiao-e-deficiencia> Acesso em 15 nov 2022.

ILO. Decent work. Disponível em: <https://www.ilo.org/global/topics/decent-work/lang--en/index.htm> Acesso em: 30 out 2023.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, 2005.

JANNUZZI, Paulo de Martino, Indicadores sociais no Brasil. Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.

LEHMKUHL, M. de S. A filantropia como gênese da Educação Especial. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 34, p. e33/1–15, 2021. DOI: 10.5902/1984686X42685. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/42685>. Acesso em: 9 jan. 2024.

LOBO, L. F. **Os infames da história**: pobres, escravos e deficiente no Brasil. 1.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo : Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. O processo de produção do capital. v. 1. São Paulo : Boitempo, 2011. (recurso digital)

MELETTI, Sílvia Márcia Ferreira. Educação escolar da pessoa com deficiência mental em instituições de educação especial: da política à instituição concreta. São Paulo, 2006.

MELETTI, Sílvia Márcia Ferreira; RIBEIRO, Karen. Indicadores educacionais sobre a educação especial no Brasil. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 34, n. 93, p. 175-189, maio/ago. 2014.

MEZROS, István. A educação para além do capital. 2.ed. São Paulo : Boitempo, 2008.

MEZROS, István. A teoria da alienação em Marx. São Paulo : Boitempo, 2006.

NETTO, Mario B.; LUCENA, Carlos. A Luta pela Instrução Pública na obra de Marx e Engels. In: OMENA, A.; LIMA, A. B.; LUCENA, Carlos. **Trabalho, Estado e Educação**: considerações teóricas. Uberlândia: Navegando publicações. 2016.

OXFAM. **A desigualdade mata**. 2022. Disponível em: <https://materiais.oxfam.org.br/relatorio-a-desigualdade-mata> Acesso em ago. 2022.

PIANA, Maria Cristina. **As políticas sociais no contexto brasileiro**: natureza e desenvolvimento. Editora Unesp : São Paulo. 2009.

PYTHON SOFTWARE FOUNDATION. **About**. Disponível em: <https://www.python.org/psf/about/> Acesso em 20 jul 2023.

R CORE TEAM. R: A language and environment for statistical computing. **R Foundation for Statistical Computing**, Vienna, Austria. (2022) URL <https://www.R-project.org/>.

RSTUDIO TEAM. **RStudio**: Integrated Development Environment for R. RStudio, PBC, Boston, MA (2022) URL <http://www.rstudio.com/>.

RUSSELL, Martha. **Capitalism & disability**. Chicago : Haymarket. 2019.

SANTOS, Aline Fagundes dos; SOUZA, Sidimara Cristina de. O agravamento do processo de feminilização da pobreza a partir das atuais propostas de Reforma do Regime Geral de Previdência Social no Brasil. **Juris**, v. 24, p.11-38, 2015. Disponível em: <<https://seer.furg.br/juris/article/view/6332>>. Acesso em: 18 nov. 2023

SANTOS, Natalia Gomes dos. **Desigualdade e pobreza: análise da condição de vida da pessoa com deficiência a partir dos indicadores sociais brasileiros**. Doutorado em Educação. Universidade Estadual de Londrina. 2020

SERAFIM, Jucenir da Silva; CABRAL, Vinícius Neves de; MELETTI, Sílvia Márcia Ferreira.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. **Perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras**. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2295> Acesso em 22 dez. 2023.

WICKHAM, Hadley; FRANÇOIS, Romain; HENRY, Lionel; MÜLLER, Kirill; **dplyr**: A Grammar of Data Manipulation. R package (2022). version 1.0.10. <https://CRAN.R-project.org/package=dplyr>

APÊNDICES

APÊNDICE 1

50 Ocupações com mais trabalhadores com deficiência no mercado de trabalho brasileiro em 2020

Ocupações		Física	Auditiva	Visual	Intelectual
Auxiliar de Escritório, em Geral	Masculino	12455	3127	3646	2782
	Feminino	12605	4721	4273	1791
Assistente Administrativo	Masculino	11884	2528	3641	1671
	Feminino	11656	3650	4140	1172
Faxineiro	Masculino	5738	2659	2333	2103
	Feminino	5471	4018	2720	1280
Alimentador de Linha de Produção	Masculino	6548	4808	3162	2805
	Feminino	2628	2675	1175	919
Repositor de Mercadorias	Masculino	4375	3348	2057	4556
	Feminino	1935	2399	921	1605
Embalador, a Mão	Masculino	1993	1716	954	4861
	Feminino	925	1495	557	1990
Almoxarife	Masculino	4238	1775	1825	834
	Feminino	638	550	268	142
Operador de Caixa	Masculino	2238	287	478	213
	Feminino	4005	1100	1328	359
Vendedor de Comércio Varejista	Masculino	2786	722	936	746
	Feminino	1890	1150	859	589
Recepcionista, em Geral	Masculino	1668	217	420	218

	Feminino	3413	643	1048	323
Servente de Obras	Masculino	2346	926	1179	437
	Feminino	181	71	72	60
Porteiro de Edifícios	Masculino	4097	643	1003	241
	Feminino	331	74	86	33
Escriturário de Banco	Masculino	2694	457	1162	47
	Feminino	1446	377	724	22
Trabalhador de Serviços de Limpeza e Conservação de Áreas Públicas	Masculino	1734	696	683	378
	Feminino	1136	694	655	165
Cobrador de Transportes Coletivos (Exceto Trem)	Masculino	3882	313	670	55
	Feminino	763	114	172	8
Armazenista	Masculino	1607	1294	891	658
	Feminino	256	398	123	76
Técnico de Enfermagem	Masculino	583	116	248	10
	Feminino	1898	555	688	74
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	Masculino	810	424	357	560
	Feminino	968	656	520	427
Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Internacionais)	Masculino	2254	875	301	248
	Feminino	13	11	2	3
Atendente de Lojas e Mercados	Masculino	819	396	326	664
	Feminino	734	474	354	404
Atendente de Lanchonete	Masculino	541	253	189	1200
	Feminino	481	279	234	747

Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	Feminino	1291	469	437	199
	Masculino	543	280	197	70
Supervisor Administrativo	Masculino	1244	250	410	63
	Feminino	749	228	316	46
Vigia	Masculino	1837	256	504	91
	Feminino	81	19	18	8
Administrador	Masculino	1142	299	468	36
	Feminino	913	260	300	31
Vigilante	Masculino	1673	534	550	80
	Feminino	203	72	76	8
Atendente Comercial (Agência Postal)	Masculino	127	20	23	50
	Feminino	151	27	38	31
Operador de Máquinas Fixas, em Geral	Masculino	1168	838	561	147
	Feminino	190	194	112	
Trabalhador da Manutenção de Edificações	Masculino	1206	424	422	250
	Feminino	391	185	161	79
Assistente de Vendas	Masculino	821	176	237	187
	Feminino	1003	362	312	159
Operador de Telemarketing Ativo e Receptivo	Masculino	869	24	241	54
	Feminino	1144	69	472	64
Ajudante de Motorista	Masculino	1132	703	775	316
	Feminino	21	14	17	7
Mecânico de Manutenção de Máquinas, em Geral	Masculino	1356	586	649	106

	Feminino	87	45	39	28
Promotor de Vendas	Masculino	961	377	472	150
	Feminino	429	219	191	80
Magarefe	Masculino	502	503	496	254
	Feminino	275	273	308	266
Trabalhador Polivalente da Confecção de Calçados	Masculino	887	266	241	293
	Feminino	717	227	185	155
Professor da Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental (Primeira a Quarta Série)	Masculino	283	91	109	5
	Feminino	610	209	252	18
Atendente de Farmácia - Balconista	Masculino	618	184	188	283
	Feminino	688	337	239	220
Pedreiro	Masculino	821	424	403	107
	Feminino	2	2	0	1
Varredor de Rua	Masculino	705	245	342	120
	Feminino	167	78	100	25
Operador de Telemarketing Receptivo	Masculino	656	8	204	26
	Feminino	993	41	337	41
Continuo	Masculino	672	188	187	395
	Feminino	262	126	116	115
Cozinheiro Geral	Masculino	232	139	91	104
	Feminino	547	580	262	145
Caixa de Banco	Masculino	782	79	170	1
	Feminino	700	148	190	3

Analista de Desenvolvimento de Sistemas	Masculino	937	274	441	106
	Feminino	196	81	78	29
Enfermeiro	Masculino	327	52	109	10
	Feminino	863	248	332	30
Zelador de Edifício	Masculino	641	212	221	115
	Feminino	350	202	157	44
Conferente de Carga e Descarga	Masculino	888	338	450	87
	Feminino	74	23	38	12
Carregador (Armazém)	Masculino	669	442	381	313
	Feminino	82	92	30	53
Assistente de Logística de Transportes	Masculino	587	348	307	196
	Feminino	193	187	92	45

Fonte: PDET, 2021. RAIS 2020, organizado pelo autor.

APÊNDICE 2

Média salarial e grau de instrução de pessoas brancas e negras¹³

Homem Branco	0 -1		1 -2		2 -5		5 -10		10 -20		20 -		Total
Analfabeto	311	0.19%	931	0.57%	142	0.09%	5	0.00%	0	0.00%	0	0.00%	1389
Até 5. Ano Incompleto	753	0.46%	3718	2.29%	1412	0.87%	79	0.05%	4	0.00%	1	0.00%	5967
5 Ano Completo	405	0.25%	2619	1.61%	1707	1.05%	160	0.10%	17	0.01%	2	0.00%	4910
6 – 9 Fundamental	1396	0.86%	6861	4.22%	3439	2.12%	253	0.16%	17	0.01%	1	0.00%	11967
Fundamental Completo	1533	0.94%	8103	4.99%	5152	3.17%	631	0.39%	58	0.04%	8	0.00%	15485
Médio Incompleto	1843	1.13%	6534	4.02%	2618	1.61%	284	0.17%	24	0.01%	4	0.00%	11307
Médio Completo	7206	4.44%	37138	22.87%	27870	17.16%	4890	3.01%	614	0.38%	87	0.05%	77805
Superior Incompleto	573	0.35%	2624	1.62%	3211	1.98%	826	0.51%	207	0.13%	24	0.01%	7465
Superior Completo	968	0.60%	4094	2.52%	9710	5.98%	6177	3.80%	3227	1.99%	989	0.61%	25165
Mestrado	35	0.02%	73	0.04%	154	0.09%	177	0.11%	151	0.09%	85	0.05%	675
Doutorado	8	0.00%	25	0.02%	58	0.04%	64	0.04%	80	0.05%	44	0.03%	279
Total	15031	9.25%	72720	44.77%	55473	34.16%	13546	8.34%	4399	2.71%	1245	0.77%	162414
Homem Negro	0 -1		1 -2		2 -5		5 -10		10 -20		20 -		Total
Analfabeto	363	0.23%	1260	0.79%	122	0.08%	3	0.00%	0	0.00%	0	0.00%	1748
Até 5. Ano Incompleto	1322	0.83%	5711	3.59%	1220	0.77%	70	0.04%	7	0.00%	1	0.00%	8331

¹³ A variável Faixa de remuneração média apresenta 42.557 dados faltantes. Por isso há um menor número de trabalhadores brancos e negros nesse cruzamento de dados.

5 Ano Completo	659	0.41%	3036	1.91%	929	0.58%	84	0.05%	3	0.00%	3	0.00%	4714
6 – 9 Fundamental	2486	1.56%	9732	6.12%	2628	1.65%	118	0.07%	9	0.01%	0	0.00%	14973
Fundamental Completo	2544	1.60%	9779	6.15%	3188	2.00%	239	0.15%	20	0.01%	1	0.00%	15771
Médio Incompleto	3055	1.92%	8726	5.48%	1943	1.22%	126	0.08%	18	0.01%	2	0.00%	13870
Médio Completo	11969	7.52%	47819	30.05%	19737	12.40%	2116	1.33%	233	0.15%	31	0.02%	81905
Superior Incompleto	557	0.35%	2179	1.37%	1918	1.21%	313	0.20%	48	0.03%	5	0.00%	5020
Superior Completo	718	0.45%	3070	1.93%	5503	3.46%	2271	1.43%	827	0.52%	163	0.10%	12552
Mestrado	21	0.01%	25	0.02%	56	0.04%	44	0.03%	30	0.02%	5	0.00%	181
Doutorado	2	0.00%	10	0.01%	17	0.01%	16	0.01%	11	0.01%	6	0.00%	62
Total	23696	14.89%	91347	57.41%	37261	23.42%	5400	3.39%	1206	0.76%	217	0.14%	159127

Mulher Branca	0 -1		1 -2		2 -5		5 -10		10 -20		20 -		Total
Analfabeto	159	0.17%	287	0.30%	13	0.01%	1	0.00%	0	0.00%	0	0.00%	460
Até 5. Ano Incompleto	507	0.53%	1403	1.46%	111	0.12%	2	0.00%	0	0.00%	0	0.00%	2023
5 Ano Completo	281	0.29%	1099	1.15%	159	0.17%	2	0.00%	1	0.00%	0	0.00%	1542
6 – 9 Fundamental	917	0.96%	3247	3.39%	377	0.39%	5	0.01%	0	0.00%	0	0.00%	4546
Fundamental Completo	1123	1.17%	4278	4.46%	734	0.77%	27	0.03%	3	0.00%	3	0.00%	6168
Médio Incompleto	1216	1.27%	3369	3.52%	465	0.49%	28	0.03%	2	0.00%	0	0.00%	5080
Médio Completo	6751	7.05%	29270	30.55%	10045	10.48%	553	0.58%	68	0.07%	10	0.01%	46697
Superior Incompleto	670	0.70%	2769	2.89%	2212	2.31%	212	0.22%	30	0.03%	1	0.00%	5894
Superior Completo	1245	1.30%	5960	6.22%	10291	10.74%	3712	3.87%	1224	1.28%	229	0.24%	22661

Mestrado	19	0.02%	78	0.08%	167	0.17%	141	0.15%	97	0.10%	19	0.02%	521
Doutorado	7	0.01%	17	0.02%	59	0.06%	67	0.07%	66	0.07%	15	0.02%	231
Total	12895	13.46%	51777	54.03%	24633	25.71%	4750	4.96%	1491	1.56%	277	0.29%	95823
Mulher Negra	0 -1		1 -2		2 -5		5 -10		10 -20		20 -		Total
Analfabeto	141	0.18%	195	0.25%	6	0.01%	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%	342
Até 5. Ano Incompleto	573	0.72%	1423	1.79%	48	0.06%	0	0.00%	0	0.00%	1	0.00%	2045
5 Ano Completo	335	0.42%	946	1.19%	66	0.08%	1	0.00%	0	0.00%	0	0.00%	1348
6 – 9 Fundamental	1277	1.60%	3127	3.93%	159	0.20%	2	0.00%	0	0.00%	0	0.00%	4565
Fundamental Completo	1251	1.57%	3530	4.44%	333	0.42%	6	0.01%	1	0.00%	0	0.00%	5121
Médio Incompleto	1729	2.17%	3586	4.51%	272	0.34%	6	0.01%	0	0.00%	0	0.00%	5593
Médio Completo	9190	11.55%	30625	38.49%	5716	7.18%	232	0.29%	21	0.03%	4	0.01%	45788
Superior Incompleto	580	0.73%	1945	2.44%	1226	1.54%	70	0.09%	7	0.01%	0	0.00%	3828
Superior Completo	865	1.09%	3785	4.76%	4651	5.84%	1183	1.49%	237	0.30%	35	0.04%	10756
Mestrado	13	0.02%	34	0.04%	48	0.06%	27	0.03%	22	0.03%	1	0.00%	145
Doutorado	6	0.01%	2	0.00%	16	0.02%	10	0.01%	8	0.01%	3	0.00%	45
Total	15960	20.06%	49198	61.83%	12541	15.76%	1537	1.93%	296	0.37%	44	0.06%	79576

Fonte: PDET, 2021. RAIS 2020, organizado pelo autor.